

NORTE 2020

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL 2016



ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL DE 2016	7
2. APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL (Artigos 50.º, n.º 2, e 111.º, n.º 3, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013).....	7
3. EXECUÇÃO DOS EIXOS PRIORITÁRIOS (Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	9
3.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO	9
3.2. INDICADORES COMUNS E INDICADORES ESPECÍFICOS DO PROGRAMA (Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	14
3.3. OBJETIVOS INTERMÉDIOS E METAS DEFINIDOS NO QUADRO DE DESEMPENHO (Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	14
3.4. DADOS FINANCEIROS (Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013).....	14
4. SÍNTESE DAS AVALIAÇÕES (Artigo 50.º, n.º 2 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	15
5. INFORMAÇÃO SOBRE A EXECUÇÃO DA INICIATIVA EMPREGO JOVEM (IEJ) (Artigo 19.º, n.ºs 2 e 4 do Regulamento (UE) n.º 1304/2013)	15
6. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS (Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	16
6.a) QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS	16
6.b) AVALIAR SE OS PROGRESSOS REALIZADOS SÃO SUFICIENTES PARA ATINGIR AS METAS FIXADAS, INDICANDO AS MEDIDAS CORRETIVAS EVENTUALMENTE TOMADAS OU PREVISTAS	17
7. RESUMO PARA OS CIDADÃOS (Artigo 50.º, n.º 9 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	17
8. RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS (Artigo 46.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013).....	18
9. AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE, aplicável às condicionalidades que não se encontravam cumpridas aquando da aprovação do PO	18
10. PROGRESSOS NA PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DOS GRANDES PROJETOS E PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS.....	18
10.1. GRANDES PROJETOS.....	18
10.1.a. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS NA EXECUÇÃO DE GRANDES PROJETOS E MEDIDAS TOMADAS PARA A SUA RESOLUÇÃO.....	18
10.1.b. ALTERAÇÕES EVENTUAIS À LISTA INDICATIVA DE GRANDES PROJETOS DO PROGRAMA OPERACIONAL	18
10.2. PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS (não aplicável)	18
10.2.a. PROGRESSOS ALCANÇADOS NA EXECUÇÃO DAS DIFERENTES FASES DOS PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS.....	19
10.2.b. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA A SUA RESOLUÇÃO....	19
11. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL (Artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	19

11.1. AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DOS PONTOS ANTERIORES E DA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA	19
11.2. AÇÕES ESPECÍFICAS REALIZADAS PARA PROMOVER A IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES E PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO, EM PARTICULAR A ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, E MEDIDAS IMPLEMENTADAS PARA ASSEGURAR A INTEGRAÇÃO DA PERSPETIVA DO GÉNERO NOS PROGRAMAS OPERACIONAIS E NAS OPERAÇÕES.....	40
11.3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, alínea f), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	41
11.4. INFORMAÇÃO SOBRE O APOIO CONSAGRADO AOS OBJETIVOS RELATIVOS ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (Artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	42
11.5. CONTRIBUTO DOS PARCEIROS PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA (Artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, alínea c), primeiro parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)	42
12. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E AVALIAÇÃO	43
12.1. PROGRESSOS REALIZADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AVALIAÇÃO E SEGUIMENTO DADO ÀS CONCLUSÕES DAS AVALIAÇÕES	43
12.2. RESULTADOS DAS MEDIDAS DE DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DOS FUNDOS, ADOTADAS NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	44
13. AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES <i>EX ANTE</i>	45
14. INFORMAÇÕES QUE PODEM SER ADICIONADAS, EM FUNÇÃO DO CONTEÚDO E DOS OBJETIVOS DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS.....	46
14.1. PROGRESSOS REALIZADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA ABORDAGEM INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, INCLUINDO O DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES AFETADAS POR DESAFIOS DEMOGRÁFICOS E LIMITAÇÕES NATURAIS OU PERMANENTES, O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E O DESENVOLVIMENTO PROMOVIDO PELAS COMUNIDADES LOCAIS, AO ABRIGO DO PROGRAMA OPERACIONAL.	46
14.2. PROGRESSOS REALIZADOS NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DESTINADAS A REFORÇAR A CAPACIDADE DAS AUTORIDADES DO ESTADO-MEMBRO E DOS BENEFICIÁRIOS PARA GERIR E UTILIZAR OS FUNDOS	47
14.3. PROGRESSOS REALIZADOS NA EXECUÇÃO DE EVENTUAIS AÇÕES INTER-REGIONAIS E TRANSNACIONAIS	47
14.4. CONTRIBUIÇÃO PARA AS ESTRATÉGIAS MACRORREGIONAIS E PARA AS ESTRATÉGIAS RELATIVAS ÀS BACIAS MARÍTIMAS, QUANDO APLICÁVEL	48
14.5. PROGRESSOS REALIZADOS NA EXECUÇÃO DE AÇÕES NO DOMÍNIO DA INOVAÇÃO SOCIAL, QUANDO APLICÁVEL.....	50
14.6. PROGRESSOS REALIZADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PARA FAZER FACE ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DAS ZONAS GEOGRÁFICAS MAIS AFETADAS PELA POBREZA OU GRUPOS-ALVO EM RISCO MAIS ELEVADO DE POBREZA, DE DISCRIMINAÇÃO OU DE EXCLUSÃO SOCIAL, EM ESPECIAL AS COMUNIDADES MARGINALIZADAS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, OS DESEMPREGADOS DE LONGA DURAÇÃO E OS JOVENS DESEMPREGADOS, E, SE FOR CASO DISSO, OS RECURSOS FINANCEIROS UTILIZADOS	50

INDICE DOS ANEXOS¹

Quadro 1 – Indicadores de resultado para o FEDER (Por eixo prioritário)

Quadro 2A - Indicadores comuns de resultado para o FSE

Quadro 2C - Indicadores de resultados específicos dos programas para o FSE

Quadro 3A - Indicadores de realização comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão

Quadro 3B - Número de empresas apoiadas pelo programa operacional excluindo apoios múltiplos concedidos às mesmas empresas

Quadro 4A - Indicadores comuns de realizações para o FSE

Quadro 4B - Indicadores de realizações específicos dos programas para o FSE

Quadro 5 - Informações sobre os objetivos intermédios e metas fixados no quadro de desempenho

Quadro 6 - Informações financeiras a nível do programa e do eixo prioritário

Quadro 7 - Repartição dos dados financeiros cumulativos, por combinação da categoria de intervenção, para o FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão

Quadro 15A - Critérios não cumpridos das condicionalidades ex ante temáticas

Quadro 15B - Ações realizadas para cumprir as condicionalidades temáticas ex ante aplicáveis

Anexo I – Resumo para os cidadãos do relatório anual de execução

Anexo II – Relatório sobre a aplicação de instrumentos financeiros (Annotated template for reporting on financial instruments according to Article 46 CPR)

¹ Apenas são disponibilizados os Quadros aplicáveis ao NORTE 2020 e para os quais existe informação reportada ao período a que respeita o Relatório.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP
AG – Autoridade de Gestão
AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AIDUS – Ações Integradas para o Desenvolvimento Urbano Sustentável
AMP – Área Metropolitana do Porto
ANI – Agência Nacional de Inovação
AT – Assistência Técnica
AU – Autoridades Urbanas
CA – Comité de Acompanhamento
CAE – Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CE – Comissão Europeia
CEI – Contratos de Emprego e Inserção
CET – Cursos de Especialização Tecnológica
CIC PT2020 – Comissão Interministerial de Coordenação do PORTUGAL2020
CIM – Comunidade Intermunicipal
COM – Comissão Europeia
DGT – Direção-Geral do Território
DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária
EDL – Estratégia de Desenvolvimento Local
EEC – Estratégias de Eficiência Coletiva
EIDT – Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial
ENEI – Estratégia Nacional de Especialização Inteligente
EREI – Estratégia Regional de Especialização Inteligente
FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia
FdF – Fundo de Fundos
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FSE – Fundo Social Europeu
GAL – Grupos de Ação Local
I&D – Investigação e Desenvolvimento
IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação
IC&DT – Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
IF – Instrumento Financeiro
IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento
IFE – Instrumento Financeiro para a Energia
IFRRU – Instrumentos Financeiros de Reabilitação e Revitalização Urbanas

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP
IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP
INA – Direcção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas
INE – Instituto Nacional de Estatística
ISCED – Classificação Internacional Normalizada da Educação
ITI – Investimentos Territoriais Integrados
kWh – Quilowatt-hora
OT – Objetivo Temático
PARU – Plano de Ação de Reabilitação Urbana
PDTC – Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
PAMUS – Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável
PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
PGA – Plano Global de Avaliação
PI – Prioridade de Investimento
PIB – Produto Interno Bruto
PIICIE – Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar
PME – Pequena e Média Empresa
PO – Programa Operacional
PO MAR – Programa Operacional Mar 2020 (PO MAR 2020)
PROVERE – Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos
PT 2020 – Portugal 2020
QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional
RE – Regulamento Específico
RECI – Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização
RCM – Resolução de Conselho de Ministros
Rede M&A – Rede de Monitorização e Avaliação do Portugal 2020
RIS3 – *Research and Innovation Strategy for smart Specialization*
SAICT - Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica
SI – Sistema de Incentivos
SIFSE – Sistema de Informação do Fundo Social Europeu
TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária
TeSP – Técnicos Superiores Profissionais (Cursos)
TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
TO – Tipologia de Operação
TP – Turismo de Portugal
UE – União Europeia
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USF – Unidade de Saúde Familiar

1. IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL DE 2016

CCI	2014PT16M2OP001
Título	Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020
Versão	2016.1
Ano do relatório	2016
Data de aprovação do relatório pelo Comité de Acompanhamento	22.06.2017

2. APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

(Artigos 50.º, n.º 2, e 111.º, n.º 3, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Apresentação resumida da execução global do Programa

Até ao final de 2016, foram abertos 125 Avisos para financiamento de operações (61 publicados em 2016) – 97 específicos FEDER, com fundo alocado de 1.613 M€, e 28 específicos do FSE, com fundo alocado de 196 M€ – aos quais foram submetidas 10.712 candidaturas.

Deste universo, 71 respeitam ao Sistema de Incentivos (SI), 49 ao financiamento de operações públicas ou equiparadas e 5 a Instrumentos Financeiros (IF).

Acrescem 10 avisos relativos a estratégias e planos/programas enquadradores:

- Reconhecimento das estratégias NUTS III (EIDT);
- Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT);
- DLBC - Estratégias Para o Desenvolvimento Local (EDL) - 1ª fase;
- DLBC: 2ª fase – Seleção das EDL e reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL);
- PROVERE - 1ª fase (Autoavaliação das Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE no QREN);
- PROVERE - 2ª fase (Reconhecimento formal das EEC PROVERE 2014-2020);
- Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU);
- Planos de Ação de Reabilitação Urbana (PARU);
- Pré-Qualificação das Operações de Acolhimento Empresarial;
- Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar.

O NORTE 2020 apresentava em 31/12/2016 um investimento elegível aprovado de 1.414,5 M€, ao qual correspondia um valor Fundo de 902,4 M€. Por Fundo, os valores aprovados eram de 1.365,7 M€ / 863,4 M€ para o FEDER e 48,7 M€ / 39,0 M€ para o FSE.

O investimento elegível executado era de 141,4 M€ e o Fundo executado de 92,9 M€, apenas respeitantes a operações com cofinanciamento FEDER. Apesar dos níveis de aprovação e de se registar execução por parte dos beneficiários, não foi possível, em 2016, validar despesa FSE, sobretudo, devido a dificuldades do sistema de informação.

Face ao financiamento total previsto para o Programa de 4.165,6 M€, com um valor Fundo de 3.173,8 M€ (sem reserva de desempenho), a taxa de aprovação do PO era, assim, de 34,0% face ao financiamento total e de 28,4% em termos de Fundo aprovado.

Relativamente às dotações previstas até 2020, a taxa de execução do PO era de 3,4% para investimento elegível e de 2,9% face ao Fundo. De referir que estas taxas estão alinhadas com metas definidas para o período. A execução do NORTE 2020 a 31/12/2016 não deveria ficar abaixo da execução do ON.2 (QREN) no período homólogo (31/12/2009).

As mesmas taxas de execução, considerando agora os valores aprovados foram de 10,0% e 10,3%, respetivamente.

A execução financeira do NORTE 2020 em 31/12/2016, em termos globais e por Eixo Prioritário, consta do quadro 6 anexo a este Relatório.

A taxa mais elevada de execução foi apresentada pelo Eixo 2 (8,0%), seguindo-se o Eixo 10 (3,8%) e o Eixo 1 (1,5%). Tratam-se dos Eixos com processos de candidatura iniciados mais cedo, naturalmente apresentando maior avanço na sua execução.

No que se refere aos IF, ainda em 2015 foram abertos 2 Avisos para operacionalização de IF para as Empresas, tendo como entidade gestora dos Fundos de Fundos (FdF) a Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD), com 2 candidaturas aprovadas: 1 para constituição de um FdF Capital e Quase Capital, com investimento elegível total de 88,3 M€ e incentivo FEDER de 45,0 M€, e 1 para constituição de um FdF Dívida e Garantias, com investimento elegível de 35,7 M€ e incentivo FEDER de 25,0 M€. Em 2016 foram celebrados os respetivos acordos de financiamento. Relativamente à seleção dos intermediários financeiros foram abertos 4 Avisos, 3 no âmbito do FdF Capital e Quase Capital (Linha de Financiamento a Entidades Veículo de Business Angels, Linha de Financiamento a Fundos de Capital de Risco e Linha de Financiamento a Operações de Capital Reversível) e 1 no âmbito do FdF Dívida e Garantias (Linha de Crédito Garantia Mútua). No Anexo II ao relatório verifica-se que no ano 2016 já há execução no FdF Dívida e Garantias. Ainda no ano 2016, a IFD lançou uma 1ª fase do concurso de seleção de Entidades Veículo de *Business Angels*.

Em paralelo a estas estratégias, em 2015, nos termos da RCM 52-A/2015 de 23/07, foi estabelecido o quadro de funcionamento do IF para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020). A respetiva estratégia de investimento foi aprovada pelo Comité de Acompanhamento por consulta escrita de 03/12/2015. O acordo de financiamento entre a Entidade Gestora do IFRRU e o PO foi assinado em 13/09/2016. O concurso para seleção das entidades financeiras foi realizado já em 2017.

No que respeita à eficiência energética, a RCM 57/2015 de 23/07 aprovou a criação do IF para a Energia (IFE 2020), encontrando-se a respetiva estratégia de investimento em curso no ano 2016.

Análise dos progressos alcançados face aos objetivos do Programa

Os progressos alcançados face aos objetivos do Programa encontram-se detalhados por Eixo no ponto 11.1, com base nos indicadores apresentados nos quadros anexos.

As condicionalidades *ex ante* estão integralmente preenchidas conforme quadro 15B, anexo ao relatório.

As matérias transversais ao Programa são detalhadas nos respetivos pontos específicos, concretamente, no que se refere às ações específicas realizadas para: (i) promoção da igualdade entre homens e mulheres e não discriminação, no ponto 11.2; (ii) desenvolvimento sustentável, no ponto 11.3; (iii) cumprimento dos objetivos em matéria de alterações climáticas, no ponto 11.4; (iv) papel dos parceiros na execução, no ponto 11.5; (v) progressos na execução de abordagens integradas de desenvolvimento territorial, no ponto 14.1.

Síntese dos problemas encontrados e das medidas tomadas para os ultrapassar

Os problemas encontrados e as medidas adotadas para a sua resolução são descritos no ponto 6, resumindo-se do seguinte modo: elaboração e aprovação dos mapeamentos; morosidade do processo de aprovação das AIDT; desenvolvimento dos sistemas de informação; complexidade/morosidade do processo de designação da AG, nomeadamente no que respeita à delegação de competências nas Autoridades Urbanas e nos GAL; dificuldades financeiras acumulados pelos beneficiários e que limitam o seu acesso a financiamento e a sua capacidade de apresentar e executar projetos.

Os constrangimentos elencados traduziram-se em atrasos relevantes no lançamento dos avisos, da apresentação e execução das candidaturas, na execução do PO, podendo eventualmente, em alguns Eixos, comprometer as metas de realização e de resultados assumidas. No que respeita ao FSE, os atrasos no arranque ficaram a dever-se, sobretudo, à contratualização nas AIDT de parte significativa da dotação, à tardia afetação dos recursos necessários, devido ao encerramento do ON.2, e a dificuldades no desenvolvimento do sistema de informação.

Para colmatar os constrangimentos, a AG participou ativamente nos trabalhos de desenvolvimento dos sistemas de informação coordenados pela ADC, procurou simplificar procedimentos, efetuou sessões com os beneficiários para incentivar a apresentação e execução de candidaturas e reuniões com os parceiros relevantes, designadamente os OI, no sentido de acompanhar, monitorizar os investimentos e fomentar os investimentos previstos, em especial nas AIDT.

3. EXECUÇÃO DOS EIXOS PRIORITÁRIOS

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

3.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Apresentação da execução de cada Eixo Prioritário
1	Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	<p>Principais desenvolvimentos até 31/12/2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 35 (dotação inicial: 249,0 M€ FEDER) - Candidaturas: 937 submetidas (314,5 M€ FEDER) e 255 aprovadas (138,1 M€ FEDER) - Execução: 7,7 M€ investimento elegível e 5,2 M€ FEDER - Taxa de compromisso: 36,5% - Taxa de execução: 1,4% - Taxa de pagamento: 5,4% - Operações totalmente executadas: 0 <p>- PI 1.1 (operações públicas):</p> <ul style="list-style-type: none"> . 7 Avisos Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica (SAICT) - 88 candidaturas submetidas e 34 aprovadas (89,2 M€ FEDER). <p>- PI 1.1 (SI): Não aplicável.</p> <p>- PI 1.2 (operações públicas):</p> <ul style="list-style-type: none"> . 3 Avisos Transferência de Conhecimento Científico e Tecnológico - 68 candidaturas submetidas e 14 aprovadas (8,4 M€ FEDER). <p>- PI 1.2 (SI):</p> <ul style="list-style-type: none"> . 25 Avisos I&D Empresarial e Inovação Produtiva Não PME (inclui regime contratual de investimento) - 781 candidaturas submetidas e 207 aprovadas (40,5 M€ FEDER). <p>Principais problemas:</p> <p>Ao nível dos recursos humanos: (i) sobreposição com o encerramento do QREN, (ii) adaptação ao novo sistema de informação e (iii) alteração da equipa de gestão. No caso específico do SI, algumas limitações na absorção dos recursos que, porventura, decorrerão das próprias tipologias de apoio e suas características e dos critérios de alocação entre PO.</p> <p>Indicadores de resultado:</p> <p>Ver Quadro 1 anexo a este Relatório.</p>
2	Competitividade das Pequenas e Médias Empresas	<p>Principais desenvolvimentos até 31/12/2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 39 (dotação inicial: 492,9 M€ FEDER) - Candidaturas: 7410 submetidas (1649,4 M€ FEDER) e 1949 aprovadas (584,2 M€ FEDER) - Execução: 127,7 M€ investimento elegível e 82,4 M€ FEDER - Taxa de compromisso: 49,5% - Taxa de execução: 7,0% - Taxa de pagamento: 8,6% - Operações totalmente executadas: 0 <p>- PI 3.1 (operações públicas):</p> <ul style="list-style-type: none"> . 3 Avisos Promoção Espírito Empresarial – 84 candidaturas submetidas e 28 aprovadas (14,2 M€ FEDER). <p>- PI 3.1 (SI):</p> <ul style="list-style-type: none"> . 7 Avisos Empreendedorismo Qualificado e Criativo (inclui 2 Vales) – 1134 candidaturas submetidas e 215 aprovadas (18,4 M€ FEDER). <p>- PI 3.2 (operações públicas):</p> <ul style="list-style-type: none"> . 4 Avisos Internacionalização – 84 candidaturas submetidas e 29 aprovadas (14,1 M€ FEDER). <p>- PI 3.2 (SI):</p> <ul style="list-style-type: none"> . 6 Avisos Internacionalização PME (inclui 1 de Vales) – 2223 candidaturas submetidas e 684 aprovadas (90,6 M€ FEDER). <p>- PI 3.3 (operações públicas):</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Apresentação da execução de cada Eixo Prioritário
		<p>. 4 Avisos Qualificação – 88 candidaturas submetidas e 29 aprovadas (9,0 M€ FEDER).</p> <p>- PI 3.3 (SI):</p> <p>. 13 Avisos Inovação Produtiva e Qualificação das PME – 3795 candidaturas submetidas e 962 aprovadas (368,0 M€ FEDER).</p> <p>- PI 3.3 (IF):</p> <p>. 2 Avisos IF Empresas – 2 FdF aprovados (70,0 M€ FEDER).</p> <p>Principais problemas: Para além dos evidenciados no EP1: (i) operações públicas, registou-se um passivo de candidaturas aos concursos de 2015, cuja análise e aprovação ocorreu em 2016; (ii) SI, os elevados níveis de procura têm colocado constrangimentos ao cumprimento dos prazos previstos, sendo que os tempos mais recentes têm sido marcados pelo esforço na mitigação dos desvios ocorridos.</p> <p>Indicadores de resultado: Ver Quadro 1 anexo. De modo geral, os indicadores estão muito próximos da meta traçada ou mesmo conseguem superá-la, nomeadamente os do SI.</p>
3	Economia de Baixo Teor de Carbono	<p>Principais desenvolvimentos até 31/12/2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 3 (dotação inicial: 97,5 M€ FEDER) - Candidaturas: 28 submetidas (5,9 M€ FEDER) e 14 aprovadas (2,4 M€ FEDER) - Execução: 0,5 M€ investimento elegível e 0,4 M€ FEDER - Taxa de compromisso: 1,6% - Taxa de execução: 0,3% - Taxa de pagamento: 0,3% - Operações totalmente executadas: 0 <p>- PI 4.3:</p> <p>. 1 Aviso Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local - 9 candidaturas submetidas, sem aprovações.</p> <p>- PI 4.5:</p> <p>. 1 Aviso Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável – submetidas e aprovadas 8 candidaturas dos PAMUS das CIM/AMP, permitindo a elaboração dos Planos, cujas versões finais foram aprovadas a 29-06-2016;</p> <p>. 1 Aviso Mobilidade Urbana Sustentável, para submissão de candidaturas de operações integradas nos 8 PAMUS aprovados - 11 candidaturas submetidas e 6 aprovadas (1,7 M€ FEDER).</p> <p>Principais problemas: A aprovação e execução das candidaturas regista atraso, dado ter sido precedida, na eficiência energética pela aprovação dos PDCT e, na Mobilidade Urbana Sustentável, pela elaboração dos PAMUS. Contudo, reconhecem-se benefícios dos procedimentos de planeamento estratégico, envolvendo atores políticos, da administração pública e atores no território, nomeadamente operadores de transportes, assim como o facto de este exercício constituir um suporte de constituição às futuras Autoridades de Transporte.</p> <p>Indicadores de resultado: Ver Quadro 1 anexo a este Relatório.</p>
4	Qualidade Ambiental	<p>Principais desenvolvimentos até 31/12/2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 4 (dotação inicial: 129,2 M€ FEDER) - Candidaturas: 480 submetidas (232,7 M€ FEDER) e 93 aprovadas (48,3 M€ FEDER) - Execução: 0,9 M€ investimento elegível e 0,7 M€ FEDER - Taxa de compromisso: 31,9% - Taxa de execução: 0,5% - Taxa de pagamento: 0,5% - Operações totalmente executadas: 0

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Apresentação da execução de cada Eixo Prioritário
		<p>- PI 6.3:</p> <ul style="list-style-type: none"> . 1 Aviso Património Natural – 195 candidaturas submetidas e 33 aprovadas (7,9 M€ FEDER); . 1 Aviso Património Cultural – 245 candidaturas submetidas e 37 aprovadas (32,1 M€ FEDER). <p>- PI 6.5:</p> <ul style="list-style-type: none"> . 1 Aviso Reabilitação Urbana – 39 candidaturas submetidas e 22 aprovadas (5,9 M€ FEDER); . 1 Aviso IF para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (no âmbito do IFRRU) - 1 FdF aprovado que se desdobra em 3 candidaturas (1 no EP4 com 2,5 M€ FEDER e 2 no EP5). <p>Principais problemas: A aprovação e execução das candidaturas regista atraso, por ter sido precedida no Património Cultural de mapeamento, aprovado pela CE a 10-12-2015, e na Reabilitação Urbana da aprovação dos PARU, a 26-11-2016. Apesar da elaboração dos PARU introduzir algum atraso no lançamento de avisos, correspondeu a um exercício estratégico com evidentes benefícios para a construção de territórios mais sustentáveis, atrativos e competitivos e mais eficiente utilização de recursos.</p> <p>Indicadores de resultado: Ver Quadro 1 anexo a este Relatório.</p>
5	Sistema Urbano	<p>Principais desenvolvimentos até 31/12/2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 8 (dotação inicial: 434,3 M€ FEDER) - Candidaturas: 52 submetidas (43,3 M€ FEDER) e 27 aprovadas (29,7 M€ FEDER) - Execução: 0,6 M€ investimento elegível e 0,5 M€ FEDER - Taxa de compromisso: 8,2% - Taxa de execução: 0,1% - Taxa de pagamento: 0,2% - Operações totalmente executadas: 0 <p>- PI 4.5:</p> <ul style="list-style-type: none"> . 2 Avisos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) - 21 candidaturas submetidas e 10 aprovadas (4,8 M€ FEDER). <p>- PI 6.5:</p> <ul style="list-style-type: none"> . 2 Avisos PEDU – 17 candidaturas submetidas e 10 aprovadas (9,6 M€ FEDER); . 1 Aviso IF para a reabilitação e revitalização urbanas (IFRRU) - 1 FdF aprovado que se desdobra em 3 candidaturas (1 no EP4 e 2 no EP5 com 8,9 M€ na PI 6.5 e 3,1 M€ na PI 9.8). <p>- PI 9.8:</p> <ul style="list-style-type: none"> . 2 Avisos PEDU – 12 candidaturas submetidas e 5 aprovadas (3,3 M€ FEDER); . 1 Aviso IF para a reabilitação e revitalização urbanas (IFRRU) - 1 FdF aprovado que se desdobra em 3 candidaturas (1 no EP4 e 2 no EP5 com 8,9 M€ na PI 6.5 e 3,1 M€ na PI 9.8). <p>Principais problemas: A aprovação e execução das candidaturas regista um atraso, dado que a mesma foi precedida, da aprovação dos 29 PEDU, cujos contratos de financiamento foram em maioria outorgados a 31-05-2016, condicionando a data de abertura dos Avisos de Concurso.</p> <p>Indicadores de resultado: Ver Quadro 1 anexo a este Relatório.</p>
6	Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores	<p>Principais desenvolvimentos até 31/12/2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 20 (dotação inicial: 39,0 M€ FSE) - Candidaturas: 1465 submetidas (17,0 M€ FSE) e 351 aprovadas (4,7 M€ FSE) - Execução: nula - Taxa de compromisso: 3,6% (FSE) - Taxa de execução: 0% (FSE)

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Apresentação da execução de cada Eixo Prioritário
		<p>- Taxa de pagamento: 0% (FSE) - Operações totalmente executadas: 0</p> <p>- PI 8.1 (FSE): Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL) – verba afeta apenas será mobilizável nos POR após 2016. - PI 8.3 (FSE) e 8.8 (FEDER): Sem avisos abertos (atraso da definição do RE SI2E e caráter não conclusivo da avaliação <i>ex ante</i> dos instrumentos financeiros previstos). - PI 8.5 (FSE): <ul style="list-style-type: none"> . 18 Avisos Formação para a inovação empresarial (SI) - 1450 candidaturas submetidas e 351 aprovadas (4,7 M€ FSE). Sem execução validada devido ao atraso na produção de formulários dos pedidos de reembolso de projetos integrados, bem como a dificuldades de interoperabilidade entre o SGO e o SIFSE; . 2 Avisos Inserção de RH altamente qualificados nas empresas - 15 candidaturas submetidas, sem aprovações. - PI 8.9 (FEDER): Sem avisos abertos (atraso no reconhecimento formal das EEC PROVERE e na aprovação dos seus Programas de Ação).</p> <p>Principais problemas: (i) dificuldades da procura numa das TO; (ii) problemas de interoperabilidade SGO-SIFSE; (iii) atrasos na seleção das operações (tardia constituição das equipas e sobreposição com encerramento do ON.2); (iv) atraso na definição e alteração de política (SI2E); (v) morosidade da contratualização com as CIM/AMP (PDCT).</p> <p>Indicadores de resultado: Ver ponto 11.1 deste Relatório.</p>
7	Inclusão Social e Pobreza	<p>Principais desenvolvimentos até 31/12/2016: - Avisos: 3 (dotação inicial: 2 com 45,5 M€ FSE; 1 com 25,4 M€ FEDER) - Candidaturas: 8 submetidas (29,3 M€ FSE) e 6 aprovadas (15,3 M€ FSE); 30 submetidas (32,9 M€ FEDER) e 17 aprovadas (19,9 M€ FEDER) - Execução: nula - Taxa de compromisso: 11,1% (FSE); 24,9% (FEDER) - Taxa de execução: 0,0% - Taxa de pagamento: 0,0% - Operações totalmente executadas: 0</p> <p>- PI 9.1 (FSE): <ul style="list-style-type: none"> . 1 Aviso Contratos de Emprego e Inserção - 8 candidaturas submetidas e 6 aprovadas (15,3 M€ FSE). Não foi possível validar despesa uma vez que as funcionalidades de registo e análise da execução física e financeira do SIFSE apenas ficaram operacionais no final do 1º trimestre de 2017; . 1 Aviso Abordagens integradas para a inclusão ativa – sem candidaturas submetidas. - PI 9.6 (FSE) e 9.10 (FEDER): Sem avisos abertos (atraso na definição do RE SI2E). - PI 9.7 (FEDER): <ul style="list-style-type: none"> . 1 Aviso Equipamentos da saúde - 30 candidaturas submetidas e 17 aprovadas (19,9 M€ FEDER). Mapeamento aprovado no final de 2015; . Equipamentos sociais - Tipologia aguarda ainda a aprovação do mapeamento. </p> <p>Principais problemas: (i) morosidade da contratualização com as CIM/AMP (PDCT); (ii) atraso dos mapeamentos; (iii) atraso na definição e alteração de política (SI2E); (iv) atrasos do SIFSE.</p> <p>Indicadores de resultado: Ver ponto 11.1 deste Relatório.</p>
8	Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida	<p>Principais desenvolvimentos até 31/12/2016: - Avisos: 8 (dotação inicial: 6 com 111,5 M€ FSE; 2 com 140,0 M€ FEDER) - Candidaturas: 129 submetidas (74,4 M€ FSE) e 52 aprovadas (19,0 M€ FSE); 99 submetidas (111,5 M€ FEDER) e 48 aprovadas (30,6 M€ FEDER)</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Apresentação da execução de cada Eixo Prioritário
		<p>- Execução: 0,23 M€ investimento elegível e 0,19 M€ FEDER</p> <p>- Taxa de compromisso: 7,2% (FSE); 17,7% (FEDER)</p> <p>- Taxa de execução: 0,0% (FSE); 0,1% (FEDER)</p> <p>- Taxa de pagamento: 1,1% (FSE); 0,1% (FEDER)</p> <p>- Operações totalmente executadas: 2 (PI 10.5)</p> <p>- PI 10.1 (FSE):</p> <ul style="list-style-type: none"> . 1 Aviso TEIP - 49 candidaturas submetidas, sem aprovações; . 1 Aviso Planos de combate ao insucesso escolar – sem candidaturas. <p>- PI 10.2 (FSE):</p> <ul style="list-style-type: none"> . 1 Aviso +Superior - submetida e aprovada 1 candidatura da DGES (1,1 M€ FSE); a AG só pode certificar despesa após alteração dos beneficiários em sede de reprogramação; . 1 Aviso Cursos TeSP - submetidas e aprovadas 9 candidaturas (6, 2 M€ FSE). Não foi possível validar despesa por atraso do SIFSE; . 1 Aviso Programas Doutorais - 63 candidaturas submetidas e 42 aprovadas (11,7 M€ FSE). Não foi possível validar despesa por atraso do SIFSE e necessidade de estabilizar regras de elegibilidade. <p>- PI 10.4 (FSE):</p> <ul style="list-style-type: none"> . 1 Aviso CET - 7 candidaturas submetidas, sem aprovações. <p>- PI 10.5 (FEDER):</p> <ul style="list-style-type: none"> . 1 Aviso Escolas Ensino Básico e Secundário - 94 candidaturas submetidas e 48 aprovadas (30,6 M€ FEDER). Mapeamento aprovado no final de 2015; . 1 Aviso Equipamentos Cursos TeSP - 5 candidaturas submetidas, sem aprovações. <p>Principais problemas: (i) morosidade da contratualização com CIM/AMP (PDCT); (ii) atraso do mapeamento; (iii) atrasos do SIFSE; (iv) atrasos na seleção de operações (tardia constituição de equipas e sobreposição encerramento ON.2).</p> <p>Indicadores de resultado: Ver ponto 11.1 deste Relatório.</p>
9	Capacitação Institucional e TIC	<p>Principais desenvolvimentos até 31/12/2016:</p> <p>- Avisos: 2 (dotação inicial: 24,7 M€ FEDER)</p> <p>- Candidaturas: 60 submetidas (14,6 M€ FEDER) e 4 aprovadas (1,0 M€ FEDER)</p> <p>- Execução: 0,020 M€ investimento elegível e 0,017 M€ FEDER</p> <p>- Taxa de compromisso: 3,0% (FEDER)</p> <p>- Taxa de execução: 0,1% (FEDER)</p> <p>- Taxa de pagamento: 0,1% (FEDER)</p> <p>- Operações totalmente executadas: 0</p> <p>- PI 2.3 (FEDER):</p> <ul style="list-style-type: none"> . 1 Aviso Programa APROXIMAR - submetida e aprovada 1 candidatura (0,3 M€ FEDER); . 1 Aviso Promoção das TIC na administração e serviços públicos - 59 candidaturas submetidas e 3 aprovadas (0,7 M€ FEDER). <p>- PI 11.1 (FSE): Sem avisos abertos, em parte, devido aos atrasos da PI 2.3 que visa complementar.</p> <p>- PI 11.2 (FSE): Sem avisos abertos, devido ao atraso de outras tipologias adjacentes a que foi dada prioridade.</p> <p>Principais problemas: (i) morosidade da contratualização com as CIM/AMP (PDCT); (ii) atrasos na seleção das operações (tardia constituição das equipas e sobreposição com encerramento do ON.2); (iii) insuficiente maturidade do apoio a tipologias que se visa complementar.</p> <p>Indicadores de resultado: Ver ponto 11.1 deste Relatório.</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Apresentação da execução de cada Eixo Prioritário
10	Assistência Técnica	<p>Principais desenvolvimentos até 31/12/2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 3 (dotação inicial: 20,0 M€ FEDER) - Candidaturas: 14 submetidas (13,6 M€) e 7 aprovadas (9,2 M€) - Execução: 3,8 M€ investimento elegível e 3,5 M€ FEDER - Taxa de compromisso: 11,0% - Taxa de execução: 4,2% - Taxa de pagamento: 6,3% - Operações totalmente executadas: 0 <p>O prazo definido para a apresentação das despesas de AT de um determinado ano, termina sempre em fevereiro ou abril do ano seguinte, consoante o prazo para apresentação de contas a que cada entidade está sujeita. Nestes termos a execução referente às candidaturas de AT de 2016 só será apurada após abril de 2017.</p> <p>Principais problemas:</p> <p>Não se considera ter havido dificuldades de monta no arranque deste Eixo, embora possa ser de realçar algum atraso por parte dos OI na disponibilização da informação adicional de suporte às candidaturas apresentadas, facto que se justifica pelas tarefas que estas entidades foram obrigadas a desenvolver para criação das suas equipas técnicas e para arranque do PO.</p> <p>Prevê-se que para 2017 este atraso não se venha a verificar para as entidades que já são beneficiárias do PO, mantendo-se, porém, para os novos beneficiários, aos quais a AG deverá dedicar, preferencialmente, o seu apoio.</p> <p>Indicadores de resultado:</p> <p>Ver Quadro 1 anexo a este Relatório.</p>

3.2. INDICADORES COMUNS E INDICADORES ESPECÍFICOS DO PROGRAMA

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Dados relativos a este ponto encontram-se apresentados nos Quadros 1, 2A, 2C, 3A, 3B, 4A e 4B, em anexo.

3.3. OBJETIVOS INTERMÉDIOS E METAS DEFINIDOS NO QUADRO DE DESEMPENHO

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Dados relativos a este ponto encontram-se apresentados no Quadro 5, em anexo.

3.4. DADOS FINANCEIROS

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Dados relativos a este ponto encontram-se apresentados nos Quadros 6 e 7, em anexo.

4. SÍNTESE DAS AVALIAÇÕES

(Artigo 50.º, n.º 2 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

No modelo de governação do Portugal 2020 (PT2020) encontra-se prevista a criação e a dinamização da Rede de Monitorização e Avaliação (Rede de M&A), presidida pela AD&C e incluindo as entidades com competências na governação dos FEEL, nomeadamente, os organismos de coordenação e as AG dos programas operacionais. A rede tem como principais objetivos: (i) promover o desenvolvimento de atividades que permitam garantir a excelência do sistema de monitorização e avaliação e (ii) dinamizar o intercâmbio de experiências entre os seus membros, a fim de fortalecer a capacidade de monitorização e avaliação das políticas públicas.

Esta rede iniciou a sua atividade em março de 2015, com a discussão das propostas de trabalho sobre o seu funcionamento, o sistema de monitorização PT2020 e o Plano Global de Avaliação PT2020 (PGA PT2020). Durante o ano de 2015 ainda se realizaram mais duas reuniões (23 de abril e 8 de julho), tendo sido possível finalizar a proposta de PGA, aprovada pela CIC PT2020 em 5 de agosto. O PGA PT2020, por sua vez, serviu de base à elaboração do “Plano de Avaliação do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020”, submetido à aprovação do Comité de Acompanhamento no final do ano. Neste plano está prevista a realização de 32 estudos de avaliação, entre os quais se destacam a avaliação intercalar do NORTE 2020, as avaliações de implementação dos sistemas de incentivos às empresas e das estratégias de desenvolvimento local de base comunitária, bem como as avaliações de impacto do financiamento (i) nas empresas, (ii) nas dinâmicas de transferência do conhecimento ou (iii) na capacitação da administração pública.

Durante o ano de 2016 estava previsto iniciar-se a realização de avaliações transversais do PT2020. Trata-se, essencialmente, de avaliações com duplo objetivo de avaliar, por um lado, os processos de implementação do PT2020 e, por outro, o impacto dos mesmos tipos de intervenções cofinanciadas no QREN. Em termos muito genéricos, estava, então, prevista nomeadamente da avaliação (i) do desempenho das empresas, (ii) da implementação dos sistemas de incentivos, (iii) da transferência de tecnologia, (iv) da capacitação da administração pública e (v) da formação avançada. Em virtude de não se encontrarem reunidas as condições necessárias à realização das referidas avaliações, dado que, nomeadamente as intervenções objeto de avaliação ainda se encontrarem num nível de implementação incipiente, foi decidido no âmbito Rede de M&A, e refletido na revisão do PGA PT2020 de 2016, o adiamento de algumas avaliações. O ponto de situação destas avaliações é apresentado no ponto 12.1. Foram, no entanto, iniciados o processo de elaboração do caderno de encargos, de realização dos procedimentos de concurso e de avaliação das propostas apresentadas, tendo-se inclusivamente, já em 2017, procedido à contratação de uma das avaliações referidas anteriormente (cf. ponto 12.1).

5. INFORMAÇÃO SOBRE A EXECUÇÃO DA INICIATIVA EMPREGO JOVEM (IEJ)

(Artigo 19.º, n.ºs 2 e 4 do Regulamento (UE) n.º 1304/2013)

Não aplicável ao NORTE 2020.

6. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

6.a) QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS

DINÂMICAS REGIONAIS RELEVANTES PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Salienta-se que, ao nível nacional, o crescimento económico abrandou ligeiramente em 2016, com o PIB a crescer 1,4% em volume (ficando duas décimas de ponto percentual abaixo do resultado de 2015), não sendo ainda conhecido, nesta data, o resultado do PIB regional em 2016.

Não obstante, a Região do Norte assistiu, em 2016, à aceleração do crescimento da população empregada (variação de 1,3%, quase o dobro do crescimento de 2015). A taxa de desemprego manteve-se muito elevada mas em queda (de 13,7% em 2015 para 12,0% em 2016).

No comércio internacional de bens, a Região manteve o nível de crescimento das exportações (+6,1% em valor, tanto em 2016 como em 2015) e reduziu o das importações (de 7,3% em 2015 para 5,6% em 2016, em valor).

Os dados do turismo mostram a manutenção de níveis de crescimento muito significativos, com mais 12,8% de dormidas na Região em 2016.

Persistem dificuldades no acesso ao crédito por parte das empresas da Região, apesar de em 2016 as taxas de juro praticadas pelos bancos na concessão de novos empréstimos às empresas terem, segundo dados de âmbito nacional, prolongado a tendência decrescente que vêm seguindo já desde 2012. Assim, o problema parece residir mais na persistência de situações acumuladas que se traduzem em níveis elevados de incumprimento, do que no nível atual das taxas de juro. Ao longo de 2016, a dívida das empresas da Região do Norte ao sistema bancário e financeiro residente diminuiu em 3,6% mas o rácio de crédito vencido manteve-se quase inalterado (13,2% no final de 2016, contra 13,5% um ano antes). Mais de um quarto das empresas com dívidas ao sistema bancário e financeiro estavam, no final de 2016, em incumprimento por crédito já vencido. Não se dispõe de informação atualizada para 2016 quanto às condições de financiamento da administração local.

Em suma, a maior parte das condições de contexto socioeconómico parecem ter evoluído favoravelmente ao longo de 2016. Porém, o impacto desta melhoria sobre a execução do NORTE 2020 é porventura mitigado pelas dificuldades financeiras acumuladas pelos beneficiários e que limitam o seu acesso a financiamento e a sua capacidade de apresentar e executar projetos de investimento.

CONDICIONANTES AO ARRANQUE

. Mapeamentos

A seleção de certas intervenções infraestruturais exige a aceitação, pela CE, de mapeamentos prévios, a saber: (i) incubadoras e aceleradoras de empresas; (ii) de acolhimento empresarial; (iii) culturais; (iv) de saúde; (v) de educação; e (vi) equipamentos sociais. Acresce ainda que também o apoio às infraestruturas de I&D, entre outros, está condicionado ao Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico.

. Outras exigências da programação

Em especial no âmbito das AIDT, mas também no que respeita à EEC PROVERE, o apoio a operações depende de uma cadeia prévia de articulação estratégica, planeamento e programação, envolvendo vários EP de um ou mais PO e de vários FEEI, combinando diferentes formas de financiamento e a participação de diversos parceiros. Estes exercícios exigem tempo significativo de maturação e de negociação, bem como complexas diligências de constituição das entidades responsáveis e de delegação de competências pelas AG. Por este motivo, apenas no ano 2016 foi possível lançar os primeiros avisos para as operações de tipologias abrangidas pelos PDCT e AIDUS.

. Enquadramento programático, regulamentar e normativo

No ano em curso, foi necessário clarificar, simplificar e suprir lacunas dos RE dos quatro domínios temáticos, bem como da Portaria 60-A/2015, assim como completar a estabilização dos critérios de seleção e a harmonização de procedimentos, em estreita articulação com o desenvolvimento dos sistemas de informação.

. Sistemas de informação

Os desenvolvimentos permitiram, de modo geral, obter as funcionalidades necessárias nos momentos oportunos, ainda que, num ou noutro caso, com recurso a soluções de contingência. Contudo, cumpre salientar alguns constrangimentos:

- SIIFSE: Atraso na disponibilização de algumas funcionalidades de análise de candidaturas, execução física, reembolsos e correção de incidências, face às necessidades e calendarização da AG.

- Balcão 2020: (i) incompleta integração e interoperabilidade dos vários sistemas; (ii) rigidez da gestão do sistema e da morosidade das respostas, dada a necessidade de concertar as posições das várias AG; (iii) atrasos nas funcionalidades de notificação; (v) dificuldade de extração pela AG de informação residente no Balcão 2020 e de consolidação de dados agregados do PO.

OUTRAS CONDICIONANTES RELACIONADAS COM A GESTÃO E O CONTROLO DO PO

Continua a fazer-se sentir um *deficit* de recursos em alguns serviços da AG e dos OI que as dificuldades de recrutamento não permitiram colmatar.

Merece ainda destaque a exigência do processo de designação da AG, bem como da delegação de competências, em especial, nas AU e nos GAL.

Por último, refira-se a exigência de harmonização e articulação entre PO (ex.: definição dos critérios de seleção; planificação e preparação de avisos).

MEDIDAS ADOTADAS

. Operacionalização de iniciativas da CIC PT 2020 tendentes a incentivar e a antecipar a execução dos projetos contratados ou a contratar em 2016, orientadas para empresas (SI Inovação Produtiva) e para municípios (PEDU e PARU), bem como a simplificar procedimentos (metodologias de custos simplificados para os CEI e CEI+, agilização de adiantamentos, etc).

. Conclusão de vários mapeamentos (infraestruturas culturais, de saúde e de educação, cuja aceitação foi comunicada pela CE em carta de 10/12/2015; infraestruturas de acolhimento empresarial, cuja aceitação foi comunicado pela CE em carta de 28/02/2017) e preparação dos mapeamentos das incubadoras e aceleradoras de empresas e dos equipamentos sociais.

. Agilização dos processos de planeamento de que dependia a operacionalização das AIDT e das EEC PROVERE, favorecendo a negociação, promovendo reuniões e apostando na publicação de avisos e na análise de candidaturas, de modo a procurar superar o atraso acumulado.

. Desenvolvimento do sistema de informação da AG (SINORTE 2020) e dos sistemas de informação partilhados pelas restantes AG, com interações frequentes no âmbito dos grupos de trabalho criados, sob coordenação da AD&C, de modo a obter as funcionalidades necessárias à conclusão do ciclo de vida das operações e a desenvolver funcionalidades transversais, mais exigentes na definição de requisitos iniciais mas de que se esperam ganhos de eficiência a curto prazo.

. Reorganização do Secretariado Técnico da AG com o objetivo de obter melhor adequação funcional.

. Apoio aos OI e outras entidades associadas à gestão, na preparação da DSGC e na sua capacitação (ações de formação sobre o PO e sobre os sistemas de informação).

. Participação ativa nos trabalhos da várias Redes Temáticas do PT 2020.

. Múltiplas iniciativas de informação e comunicação destinadas a potenciais beneficiários.

6.b) AVALIAR SE OS PROGRESSOS REALIZADOS SÃO SUFICIENTES PARA ATINGIR AS METAS FIXADAS, INDICANDO AS MEDIDAS CORRETIVAS EVENTUALMENTE TOMADAS OU PREVISTAS

Informação constante do ponto 11.1.

7. RESUMO PARA OS CIDADÃOS

(Artigo 50.º, n.º 9 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Ver Anexo I ao Relatório.

8. RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(Artigo 46.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Ver Anexo II ao Relatório.

9. AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE, aplicável às condicionalidades que não se encontravam cumpridas aquando da aprovação do PO

(Artigo 50.º, n.º 2 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Informação constante do ponto 13.

10. PROGRESSOS NA PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DOS GRANDES PROJETOS E PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS

(Artigos 101.º, alínea h), e 111.º, n.º 3, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

10.1. GRANDES PROJETOS

Não aplicável ao NORTE 2020.

10.1.a. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS NA EXECUÇÃO DE GRANDES PROJETOS E MEDIDAS TOMADAS PARA A SUA RESOLUÇÃO

Não aplicável ao NORTE 2020.

10.1.b. ALTERAÇÕES EVENTUAIS À LISTA INDICATIVA DE GRANDES PROJETOS DO PROGRAMA OPERACIONAL

Não aplicável ao NORTE 2020.

10.2. PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS (não aplicável)

Não aplicável ao NORTE 2020.

10.2.a. PROGRESSOS ALCANÇADOS NA EXECUÇÃO DAS DIFERENTES FASES DOS PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS

Não aplicável ao NORTE 2020.

10.2.b. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA A SUA RESOLUÇÃO

Não aplicável ao NORTE 2020.

11. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

(Artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

11.1. AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DOS PONTOS ANTERIORES E DA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA

(Artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
1	Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	<p>Caraterização e ponto de situação global do Eixo</p> <p>O EP1 veicula os apoios associados à prossecução do OT1 “Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação” e apresenta uma dotação global de 402,8 M€ (11,2% do PO), envolvendo o financiamento do FEDER.</p> <p>Este objetivo corporiza-se no apoio a várias tipologias de ação, no âmbito das PI mobilizadas: PI 1.1 (Investigação e Inovação) e PI 1.2 (Investimento nas empresas).</p> <p>No final de 2016, este Eixo apresentava já uma taxa de compromisso razoável (36,5%) mas uma taxa de execução bastante incipiente (1,4%), pelas razões que abaixo se explicitam.</p> <p>Seleção de operações e execução: análise de progressos</p> <p>Até ao final do ano de 2016, e no que respeita a operações públicas, foram lançados 10 Avisos: 7 da PI 1.1 com uma dotação de 75,5 M€ FEDER e 3 da PI 1.2 com uma dotação de 22,0 M€ FEDER.</p> <p>Os Avisos abertos da PI 1.1, todos enquadrados no Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica (SAICT), respeitam às seguintes tipologias: Projetos Estruturados de I&D, Plataforma do Vinho e da Vinha, Universidade das Nações Unidas, Infraestruturas de Investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico e Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT). Em termos de realizações, o valor acumulado para o indicador “Projetos de I&D contratados” desta PI ultrapassa já o objetivo definido para o ano de 2018, esperando-se que a respetiva meta seja atingida no final do ano de 2017.</p> <p>Sobre os Avisos divulgados em 2016, procurou-se a melhor conciliação da oferta de FEDER à procura então identificada nos domínios da Ciência e Tecnologia. Esses Avisos permitiram a submissão de candidaturas, na sua grande maioria de natureza imaterial, ainda que residualmente de natureza infraestrutural, envolvendo a generalidade das instituições de I&D da Região Norte e um leque muito variado de domínios de investigação. No que se refere às candidaturas apresentadas no contexto do Aviso destinado a infraestruturas de investigação de alto impacto inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>Investigação de Interesse Estratégico, o mapeamento prévio das infraestruturas em causa era condição <i>sine qua non</i> da divulgação do Aviso, a qual, tendo ocorrido em 2016, só veio a gerar a aprovação de candidaturas em 2017. Cumpre salientar ainda que no processo de análise das candidaturas deste Aviso, bem como do Aviso relativo a Projetos de IC&DT, foi envolvida, na qualidade de OI, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), cujo contrato de delegação de competências foi firmado pela AG do NORTE 2020 em 26/01/2017. Justifica-se assim a execução nula destes projetos, na medida em que a aprovação só ocorre, como já assinalado, apenas em 2017. Será, contudo, de esperar que durante o corrente ano de 2017, e mais especificamente no ano de 2018, essa execução venha a registar níveis desejáveis.</p> <p>No que respeita à PI 1.2, os Avisos publicados respeitam à tipologia Transferência do Conhecimento Científico e Tecnológico.</p> <p>Neste enquadramento, para a PI 1.1. temos:</p> <p>Despesa elegível aprovada</p> <ul style="list-style-type: none"> • Despesa elegível do OT1: 185,7 M€ • Despesa elegível da PI 1.1: 104,9 M€ • Peso da despesa elegível da PI 1.1 na despesa elegível total do OT1: 56,5% <p>Despesa elegível executada</p> <ul style="list-style-type: none"> • Despesa elegível do OT1: 5,6 M€ • Despesa elegível da PI 1.1: 2,9 M€ • Peso da despesa elegível da PI 1.1 na despesa elegível total do OT1: 51,5% <p>No que se refere ao acordo com a CE relativo à condicionante que limita as despesas afetas à PI 1.1 a 1/3 das despesas do OT1 de forma a que esta condicionante seja observada no final do período de programação, cumpre salientar o seguinte: no final de 2016 a PI 1.1 representava apenas 22% da dotação orçamental afeta ao OT1, pelo que se encontra assegurado o cumprimento da referida condicionante. Esta permanece sob monitorização atenta por parte desta AG.</p> <p>Para a PI 1.2 temos:</p> <p>Despesa elegível aprovada</p> <ul style="list-style-type: none"> • Despesa elegível da PI 1.2: 80,8 M€ • Despesa elegível da PI 1.2 em operações no âmbito da RIS3: 80,8 M€ • Peso da despesa elegível da PI 1.2 em operações no âmbito da RIS3 na despesa elegível total da PI 1.2: 100% <p>Despesa elegível executada</p> <ul style="list-style-type: none"> • Despesa elegível da PI 1.2: 2,7 M€ • Despesa elegível da PI 1.2 em operações no âmbito da RIS3: 2,7 M€ • Peso da despesa elegível da PI 1.2 em operações no âmbito da RIS3 na despesa elegível total da PI 1.2: 100% <p>Relativamente à PI 1.2 todos os avisos abertos incluíam como critério de elegibilidade o alinhamento com os objetivos e prioridades definidas no âmbito da RIS3.</p> <p>No final de 2016, relativamente às operações públicas, este Eixo contabilizava 48 projetos aprovados (34 PI 1.1 e 14 PI 1.2) que totalizavam um compromisso de 97,5 M€, registando-se pagamentos no montante de 2,5 M€.</p> <p>A maioria dos termos de aceitação (TA) só foram assinados no 2º trimestre do ano, o que fez derrapar a apresentação de despesa para o final do 3º trimestre/início do 4º trimestre.</p> <p>A taxa de realização das operações públicas situou-se nos 2,5% (Fundo validado = 2,5 M€ / Fundo aprovado = 97,6 M€).</p> <p>No que concerne ao Sistema de Incentivos às Empresas, a despesa elegível aprovada no âmbito da PI 1.2 ascende a cerca de 70,9 M€ com cofinanciamento FEDER homologado de</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>40,5 M€. O nível de realização no investimento empresarial apoiado nesta PI tem ainda reduzida expressão, 2,6M€ de fundo executado corresponde apenas a 6,6% do montante aprovado. A evolução no âmbito desta PI para o Sistema de Incentivos tem ocorrido a um ritmo inferior ao que sucede neste tipo de instrumentos veiculados por outras PI. Ainda assim, e pese embora os critérios de alocação de projetos entre Programas previstos no RECI, bem como as próprias tipologias de projetos em causa, direcionem mais a procura para o programa temático da competitividade, é de assinalar a positiva evolução dos indicadores no ano de 2016 e a progressiva convergência para as metas traçadas.</p>
2	Competitividade das Pequenas e Médias Empresas	<p>Caraterização e ponto de situação global do Eixo</p> <p>O EP2 veicula os apoios associados à prossecução do OT3 “Reforçar a competitividade das PME” e apresenta uma dotação global de 1.262,3 M€ (37,4% do PO), envolvendo o financiamento do FEDER.</p> <p>Este objetivo corporiza-se no apoio a várias tipologias de ação, no âmbito das Prioridades de Investimento mobilizadas: PI 3.1 (Empreendedorismo), PI 3.2 (Novos modelos empresariais) e PI 3.3 (Capacidades avançadas).</p> <p>No final de 2016, este Eixo, com instrumentos de apoio que vão desde as ações coletivas, a sistema de incentivos e instrumentos financeiros, apresentava as mais elevadas taxas de compromisso (49,5%) e de execução (7,0%) do PO.</p> <p>Em termos de compromisso, está em causa um apoio FEDER aprovado de 584,2 M€ para um investimento elegível de 997,6 M€. A dinâmica das aprovações é bem expressiva se atendermos a um nível de compromisso que mais do que duplicou face aos registos do final de 2015. A PI 3.3 é a mais representativa com mais de ¼ do montante aprovado e mais de metade do número de projetos. Segue-se a PI 3.2 que, com 713 candidaturas aprovadas absorve 104,7 M€ do fundo atribuído. A PI 3.1, pese embora com menor expressão, em linha com o programado, deu o “salto” mais significativo, dado que, contando apenas com um compromisso de 6,4 M€ no final de 2015, absorve agora uma fatia de 32,6 M€ de fundo aprovado.</p> <p>Em termos de níveis de realização, o fundo executado ascende a cerca de 14% do valor aprovado, sendo de assinalar uma dinâmica de maior expressão no âmbito dos apoios ao investimento empresarial. Com efeito, é nas medidas do Sistema de Incentivos que, também com um peso substancialmente superior no domínio das aprovações, se encontram níveis de execução similares à taxa média do Eixo.</p> <p>Seleção de operações e execução: análise de progressos</p> <p>Ventilado o Eixo por PI, temos:</p> <p>PI 3.1</p> <p>Candidaturas Aprovadas = 243 Fundo Aprovado = 32,6 M€ Fundo Executado = 4,0 M€ Fundo Pago = 5,2 M€</p> <p>PI 3.2</p> <p>Candidaturas Aprovadas = 713 Fundo Aprovado = 104,7 M€ Fundo Executado = 12,8 M€ Fundo Pago = 18,0 M€</p> <p>PI 3.3</p> <p>Candidaturas Aprovadas = 993 Fundo Aprovado = 447,0 M€</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>Fundo Executado = 65,6 M€ Fundo Pago = 78,4 M€</p> <p>No que respeita a operações públicas, até ao final do ano de 2016, foram lançados 11 avisos com uma dotação global inicial de 59,6 M€, nas tipologias Empreendedorismo qualificado e criativo, Internacionalização das PME e Qualificação e Inovação das PME, sendo a procura bastante equilibrada nos avisos das 3 PI (84 PI 3.1, 84 PI 3.2 e 88 PI 3.3).</p> <p>Encontravam-se aprovados 86 projetos (28 PI 3.1, 29 PI 3.2 e 29 PI 3.3), totalizando um compromisso de 37 M€ FEDER e com pagamentos de 0,4 M€. Face ao passivo de operações apresentadas no ano de 2015, o ano de 2016 caracterizou-se por um enfoque na análise dessas candidaturas, bem como das apresentadas no ano de 2016.</p> <p>A maioria dos TA só foram assinados nos 3º e 4º trimestres do ano, o que fez atrasar a apresentação de despesa. Ou seja, a taxa de execução destas operações situou-se apenas em 1% (Fundo validado = 0,4 M€ / Fundo aprovado = 37,3 M€).</p> <p>No que concerne às medidas do Sistema de Incentivos, é visível a preocupação no sentido de dar resposta à dinâmica do tecido empresarial – foram abertos até ao final de 2016 um conjunto de 26 concursos com uma oferta de 363,25 M€ de FEDER. A resposta da procura veio em números muito relevantes: é de destacar o expressivo montante de 476,9 M€ relativos a fundo aprovado que dão conta da necessidade de reforço de dotações. Desta verba 368,0 M€ são provenientes da PI 3.3. É no âmbito desta PI que se observa o maior número de projetos, os associados aos apoios à inovação e à qualificação das PME. De entre estes, a maior preponderância é do Sistema de Incentivos à Inovação Empresarial, cujos 619 projetos aprovados consomem uma fatia de 96% do referido montante, ascendendo a 354,4 M€. É através deste instrumento que se financiam os investimentos empresariais de natureza produtiva, a que normalmente estão associados montantes financeiros mais expressivos, e que, com um cofinanciamento de natureza reembolsável, conta com maiores taxas de apoio. De relevar que, associado ao referido apoio reembolsável, está um plano de reembolso, constituído por um período de carência e um período de amortização de capital (reembolso), que diferem com o tipo de projetos em causa, atendendo particularmente à especificidade dos projetos do sector do turismo, nos termos previstos no Regulamento Específico. Não é despendida a representatividade dos apoios à internacionalização da PI 3.2 que, com 684 operações aprovadas no âmbito do SI consomem mais de 90 M€ do FEDER atribuído.</p> <p>Ao nível da execução dos instrumentos de apoio veiculados pelo SI é de salientar uma evolução francamente positiva e acima da média do Programa. Até ao final de 2016, o valor de pagamentos aos beneficiários superava já os 82 M€, com um correspondente fundo executado de quase 65 M€.</p> <p>A execução associada às medidas de apoio ao investimento empresarial continuam a registar uma evolução muito positiva e os pagamentos FEDER atingiam já no final de abril de 2017 mais de 150 M€. A mais recente evolução do contexto económico nacional tem certamente pesado positivamente nas opções de investimento das empresas e contribuído muito favoravelmente para que estas possam levar a cabo os seus projetos.</p> <p>Os indicadores de realização acompanham a dinâmica das aprovações e da execução no Sistema de Incentivos às Empresas, e vêm a observar registos que, de um modo geral, superam já as metas. São contudo registos que poderão merecer alguma reserva, tendo presente a fase de execução em que nos situamos. Sendo certo que a evolução dos primeiros meses de 2017 apresenta também uma tendência positiva na evolução dos referidos indicadores, não poderá descurar-se os potenciais níveis de desativação que, no investimento empresarial, atingem tipicamente níveis superiores aos que se observam junto de beneficiários de natureza pública. Nesta fase, não se observam ainda registos que permitam estimar com maior grau de aproximação a ordem de grandeza do desvio (tendencialmente) positivo que possa vir a verificar-se, sendo contudo temática em acompanhamento e que se encontrar a ser objeto de avaliação.</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>No que respeita aos FdF integrantes da PI 3.3, registou-se o início da sua implementação no território, com a celebração dos acordos de financiamento relativos ao FdF Capital e Quase Capital e ao FdF Dívida e Garantias com a Entidade Gestora dos Fundos (IFD). Ainda em 2016 foram abertos 4 Avisos para a seleção de Intermediários Financeiros, 3 do FdF Capital e Quase Capital (Linha de Financiamento a Entidades Veículo de Business Angels, Linha de Financiamento a Fundos de Capital de Risco e Linha de Financiamento a Operações de Capital Reversível) e 1 do FdF Dívida e Garantias (Linha de Crédito Garantia Mútua). À exceção do Aviso relativo à Linha de Financiamento a Fundos de Capital de Risco, os restantes foram concluídos e iniciaram a sua operacionalização em 2016. Iniciou-se, também, a execução do FdF Dívida e Garantias, tal como evidenciado no Anexo II ao relatório, e a IFD lançou a 1ª fase do concurso de seleção de Entidades Veículo de <i>Business Angels</i>.</p> <p>Por fim, no âmbito da PI 3.3 há a destacar a não disponibilização, durante o ano 2016, de apoios no âmbito das Áreas de Acolhimento Empresarial, porquanto a condicionante inerente a esta tipologia apenas foi cumprida em fevereiro de 2017, com a aprovação, pela Comissão Europeia, do Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial. Não obstante, a aprovação em causa possibilitará, em 2017, a abertura de avisos de concurso para as tipologias de projetos de infraestruturas físicas de criação, expansão e reconversão de infraestruturas de acolhimento empresarial (áreas de acolhimento empresarial, parques empresariais e de logística ou outros espaços de funcionalidade similar), inseridos numa ótica de coerência, racionalidade e complementaridade no seio da rede regional e supramunicipal de Áreas de Acolhimento Empresarial.</p>
3	Economia de Baixo Teor de Carbono	<p>Caraterização e ponto de situação global do Eixo</p> <p>O EP3 veicula os apoios associados à prossecução do OT4 “Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores” e do OT6 “Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente de recursos”. Apresenta uma dotação global de 158,52 M€ (4,7% do PO), envolvendo apenas financiamento do FEDER, através das PI 4.5 e 6.5.</p> <p>As operações apoiadas neste Eixo correspondem à elaboração dos Planos de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), bem como às operações integradas nos referidos Planos.</p> <p>O aviso de concurso para apresentação das candidaturas dos PAMUS foi aberto de 20-07-2015 a 31-07-2015, tendo a aprovação das candidaturas ocorrido a 07-08-2016. Contudo, aquela aprovação possibilitou apenas a elaboração dos relatórios preliminares dos Planos, cujas versões finais (Relatório Final), incluindo os quadros de compromisso dos PAMUS (integrando a identificação das operações, por Município, que contribuirão para a concretização dos Planos) foram aprovadas a 02-09-2016. A 31-12-2016, após reformulação das operações para ajuste aos valores de adjudicação das respetivas componentes contratadas, a alocação de FEDER à elaboração dos PAMUS era de 702.970€.</p> <p>Só a partir de 02-09-2016 é que estiveram reunidas as condições para a abertura dos avisos de concurso para a submissão das candidaturas das operações integradas nos PAMUS. Contudo, considerando que a elaboração dos PAMUS apresentava duas fases, a de relatório preliminar e a de relatório final, sendo que o relatório preliminar possuía já identificação de ações/operações fundamentais para o cumprimento da estratégia e objetivos do respetivo Plano, devendo a mesma ser objeto de melhor concretização e ajuste aos montantes financeiros alocados ao PAMUS de cada uma das CIM no relatório final, no sentido de diminuir os impactos do atraso decorrente deste procedimento de planeamento, prévio à possibilidade de submissão de candidaturas para a execução de operações, os avisos de concurso foram abertos em 01-06-2016.</p> <p>Salienta-se que as operações integradas nos quadros de compromisso dos PAMUS das sete CIM da Região do Norte não são na sua totalidade elegíveis ao aviso aberto no âmbito do Eixo 3. As operações de municípios com centros urbanos classificados como de equilíbrio territorial (Braga, Bragança e Vila Real) ou com centros urbanos regionais (Barcelos, Chaves, Guimarães, Lamego, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Penafiel, Viana do Castelo</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>e Vila Nova de Famalicão), considerando que, nos termos da estrutura do NORTE 2020, são municípios com Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), são concretizadas no Eixo 5.</p> <p>Seleção de operações e execução: análise de progressos</p> <p>PI 4.3</p> <p>Na PI 4.3 “Eficiência energética nas infraestruturas públicas” foi aberto um aviso de concurso a 05-10-2016, destinado à submissão de candidaturas de “Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local”, ao qual, até ao final de 2016, foram submetidas 9 candidaturas, não tendo havido qualquer aprovação.</p> <p>Ainda na PI 4.3, no que se refere à eficiência energética na habitação social, não foi aberto qualquer concurso durante o ano de 2016.</p> <p>Uma vez que não se registou a aprovação de operações, para os indicadores previstos no quadro de desempenho “Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado” e “Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos”, não houve qualquer contributo. Prevê-se alcançar o indicador em 2023, atendendo ao atraso na abertura de avisos e na submissão de candidaturas, assim como ao facto de a AD&C ter desencadeado junto da Comissão Europeia, um processo de reavaliação relativa ao reembolso do incentivo, prevê-se alguma dificuldade relativa ao valor previsto para 2018 relativamente às operações concluídas.</p> <p>PI 4.5</p> <p>A 01-06-2016 foi aberto um concurso para submissão de candidaturas integradas nos 57 PAMUS, promovidas por municípios com centros urbanos estruturantes sub-regionais e municipais, com uma dotação correspondente ao Fundo alocado à PI 4.5 no Eixo, deduzida da reserva de desempenho, sendo o fundo a concurso de 26.077.785,50€.</p> <p>Durante o ano de 2016 foram submetidas 11 candidaturas, tendo sido aprovadas 6, correspondendo a um custo total de 2.86 M€, a um investimento elegível de 1.96 M€ e a um FEDER de 1.66 M€.</p> <p>Apesar da taxa de compromisso na PI 4.5 era de 9,1% e a taxa de execução (igual à taxa de pagamento) de 1,7%, a taxa de compromisso do Eixo era de 1,6% e a taxa de execução de operações no Eixo, no final de 2016, era incipiente, a despesa elegível executada era de 527.353€, o FEDER executado de 448.250€ e o FEDER pago de 436.585€.</p> <p>Esta situação é o reflexo do atraso na aprovação dos relatórios finais dos PAMUS. Acresce que as candidaturas tinham elevado grau de complexidade, prevendo uma decisão em duas fases, tendo incluído, após a alocação de FEDER a cada um dos Planos, um processo de negociação de cada CIM com os Municípios que a integram de modo a formalizar os respetivos quadros de compromisso, cuja aprovação só veio a ocorrer em outubro de 2016. Embora este processo tenha estado na origem do atraso na execução das operações, criou condições para um melhor ajuste dos PAMUS com os objetivos de implementação do NORTE 2020, devendo contribuir para uma maior celeridade da execução, resultado do exercício prévio de planeamento e de decisão das prioridades dos investimentos associados.</p> <p>O indicador desta PI previsto no quadro de desempenho corresponde ao “Número de Planos de mobilidade urbana sustentável contratados”. No final de 2016, os 7 PAMUS estavam executados e aprovados, mas não plenamente executados (execução efetiva de operações). Uma vez que o indicador de realização considera apenas planos implementados e cada Plano integra diversas operações que estão a ser objeto de candidatura para financiamento da sua execução, este indicador só será implementado quando a totalidade das operações que integram cada Plano estiverem concluídas, até ao respetivo valor da dotação financeira.</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>Encontram-se já aprovadas 6 operações integradas nos PAMUS, embora nenhuma delas se encontre concluída. Em todo o caso, é de referir que se prevê o cumprimento da meta estabelecida para 2023.</p>
4	Qualidade Ambiental	<p>Caraterização e ponto de situação global do Eixo</p> <p>O EP4 veicula os apoios associados à prossecução do OT6 “Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente de recursos”. Apresenta uma dotação global de 161,29 M€ (4,8% do PO), envolvendo apenas financiamento do FEDER, através das PI 6.3 e 6.5.</p> <p>Na PI 6.5 as operações apoiadas correspondem a operações integradas nos quadros de compromisso dos Planos de Ação para a Regeneração Urbana (PARU) dos 57 municípios com centros urbanos estruturantes sub-regionais e municipais.</p> <p>O aviso de concurso para apresentação das candidaturas dos PARU foi aberto de 22-04-2016 a 30-06-2016, tendo a aprovação dos quadros de compromisso daqueles Planos ocorrido a 24-11-2016, data a partir da qual estariam reunidas as condições para a abertura do aviso de concurso para a submissão das candidaturas das operações integradas nos PARU. Contudo, no sentido de diminuir os impactos do atraso decorrente deste procedimento de planeamento, prévio à possibilidade de aprovação de candidaturas para a execução de operações, o aviso de concurso foi aberto em 01-06-2016, sendo as decisões condicionadas à aprovação dos PARU, situação que ocorreu a 24-11-2016 com a aprovação dos respetivos quadros de compromisso, sanando a condição que impedia sobre as decisões condicionadas referentes às operações que os integrassem.</p> <p>No decurso do processo de decisão dos PARU foi igualmente concretizado o montante de 2.500.000€ de Fundo a alocar ao instrumento financeiro para a reabilitação urbana (IFRRU). O acordo de financiamento foi outorgado a 13-09-2016.</p> <p>A taxa de compromisso do eixo era de 31,9%, no entanto, a taxa de execução de operações no eixo, no final de 2016, era incipiente (0,5%), a despesa elegível executada era de 0,91 M€, o FEDER executado de 0,75 M€ euros e o FEDER pago de 0,76 M€.</p> <p>Seleção de operações e execução: análise de progressos</p> <p>PI 6.3</p> <p>A submissão de candidaturas de operações referentes ao património cultural foi sujeita a prévio mapeamento aprovado pela Autoridade de Gestão em novembro de 2015, tendo obtido aprovação da Comissão Europeia a 10-12- 2015. Nesta prioridade de investimento foram abertos 2 Avisos de concurso durante o ano de 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1 Aviso de concurso, aberto de 08-02-2016 a 30-09-2016 para submissão de candidaturas no âmbito do Património Cultural, com uma dotação financeira de 16.000.000€. Por deliberação da Comissão Diretiva de 25/05/2016, tendo em atenção a elevada procura registada nas 1ª e 2ª fases do concurso, a dotação a concurso foi reforçada em mais 16,00 M€. Durante o ano de 2016 foram submetidas 245 candidaturas, tendo sido aprovadas 37, correspondendo a um custo total de 42,29 M€, a um investimento elegível de 37,94 M€ e a FEDER de 32,12 M€; - 1 Aviso de concurso, aberto de 08-02-2016 a 31-10-2016 para submissão de candidaturas no âmbito do Património Natural, com uma dotação financeira de 8.000.000€. Durante o ano de 2016 foram submetidas 195 candidaturas, tendo sido aprovadas 33, correspondendo a um custo total de 10,65 M€, a um investimento elegível de 7.46 M€ e a um FEDER de 6,34 M€. <p>A taxa de compromisso desta PI era de 63,9%, sendo a taxa de execução (igual à taxa de pagamento) de 1,2%.</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>No que se refere ao contributo para objetivos e metas do Programa, os resultados desta PI não contribuem para nenhum dos indicadores do Quadro de Desempenho.</p> <p>PI 6.5</p> <p>Em 2016, foram abertos 2 avisos de concurso:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1 Aviso de concurso, aberto de 01-06-2016 a 31-12-2017 para submissão de candidaturas das operações integradas nos quadros de compromisso dos 57 PARU, com uma dotação financeira de 86,70 M€, correspondente à dotação total da PI 6.5 no eixo, deduzida da reserva de desempenho e do Fundo alocado ao IFRRU. Durante o ano de 2016 foram submetidas 39 candidaturas, tendo sido aprovadas 22, correspondendo a um custo total de 6,91 M€, a um investimento elegível de 6,89 M€ e a um valor FEDER, de 5,85 M€; - 1 Aviso de concurso para o IF de Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020), na PI 6.5 com uma dotação de 2,50 M€. Foi aprovada a candidatura submetida, esgotando o Fundo a concurso, a qual constitui um dos 3 FdF que integra o IFRRU 2020. <p>A taxa de compromisso desta PI era de 9,4%, não se registando execução.</p> <p>Esta situação é o reflexo do atraso na aprovação dos relatórios finais dos PARU. As candidaturas tinham elevado grau de complexidade, prevendo uma decisão em duas fases, conduzindo a que a aprovação dos quadros de compromisso só viesse a ocorrer em outubro de 2016 data a partir da qual foi possível fazer a aprovação final das candidaturas e proceder à outorga dos respetivos termos de aceitação, dificultando a possibilidade de submissão de despesa. Embora este processo de planeamento, bem como o prévio mapeamento do património cultural tenham estado na origem do atraso na execução das operações, criaram condições para um melhor ajuste dos investimentos aos objetivos de implementação do NORTE2020, devendo contribuir para uma maior celeridade da execução, assegurando compatibilização prévia entre prioridades de investimento e recursos financeiros disponíveis e maior garantia na qualidade dos investimentos.</p> <p>É de salientar, no sentido da aceleração da execução do investimento municipal, a deliberação da CIC nº 21/2016, de 2 de novembro, que no caso dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) e dos Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU), prevê a aplicação de uma taxa de majoração na dotação contratada no Plano, em caso de submissão de pedidos pagamento que perfaçam uma taxa de execução superior a 15% da despesa elegível de uma operação PARU. Esta medida constituiu um incentivo à execução das operações contidas nos Planos. Contudo, terá que acautelar-se a dotação de Fundo que da mobilização da mesma por parte dos promotores venha a ser apurada, na medida em que a dotação da PI 6.5 no eixo se encontra totalmente comprometida, o que impõem, em sede de reprogramação, a exigência de consideração da situação referida.</p> <p>De referir que apesar desta PI ainda não registar execução, durante o ano de 2016 foram realizados pagamentos, sob a forma de adiantamento, a favor da Entidade Gestora do IFRRU.</p> <p>No que se refere ao contributo desta PI para objetivos e metas do Programa, os indicadores que contribuem para o Quadro de Desempenho são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O indicador “Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas contratados”- no final de 2016 encontravam-se aprovadas 17 candidaturas que integram 76.352,85 m2 de Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas, representando 15,9% da meta para 2018 (9,54% da meta estabelecida para 2023); - O indicador “Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas contratados” - A 31/12/2016 encontravam-se aprovadas 7 candidaturas que integram 4.998 m2 de Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas, representando 32% da meta para 2018 (19,22% da meta estabelecida para 2023).

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>Prevê-se alcançar os indicadores em 2023, mas atendendo ao atraso na abertura de avisos e na submissão de candidaturas, poderão não ser atingidos, para a totalidade dos indicadores, os valores previstos para 2018 relativamente às operações concluídas.</p>
5	Sistema Urbano	<p>Caraterização e ponto de situação global do Eixo</p> <p>O EP5 veicula os apoios associados à prossecução do OT4 “Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores”, do OT6 “Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente de recursos” e do OT9 “Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação”. Apresenta uma dotação global de 384,75 M€ (11,4% do PO), envolvendo apenas financiamento do FEDER.</p> <p>As operações apoiadas neste Eixo correspondem aos projetos que integram os PEDU da Região do Norte, mobilizando 3 PI. A PI 4.5 (OT4) com uma dotação de 209,28 M€, a PI 6.5 (OT6) com uma dotação de 102,87 M€ e a PI 9.8 (OT9) com uma dotação de 72,61 M€. Ou seja, a dotação financeira total deste Eixo encontra-se alocada aos PEDU.</p> <p>O processo de análise e aprovação dos PEDU decorreu no primeiro semestre de 2016, tendo a maioria dos respetivos contratos de financiamento sido outorgados a 31-05-2016.</p> <p>No decurso do processo de decisão foi igualmente ajustado para 12,01 M€ o valor de Fundo a alocar ao IFRRU 2020, cujo acordo de financiamento foi outorgado a 13-09-2016.</p> <p>O Aviso para submissão das candidaturas dos PEDU, aberto de 22-06-2015 a 30-09-2015 permitiu a submissão das 29 candidaturas que só vieram a ser aprovadas em maio de 2016, altura a partir da qual estiveram reunidas as condições que possibilitavam a abertura de avisos para a submissão de candidaturas de operações.</p> <p>Seleção de operações e execução: análise de progressos</p> <p>PI 4.5, 6.5 e 9.8</p> <p>Em 2016 foram abertos 5 concursos correspondentes à dotação total do Eixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 3 Avisos de concurso para submissão de candidaturas integradas nos quadros de compromisso dos 29 PEDU aprovados, com uma dotação financeira de 350,28 M€ (na PI 4.5 – 196,72 M€, na PI 6.5 - 88,28 M€ e na PI 9.8 - 65,28 M€) correspondente à dotação total do Eixo, deduzida da reserva de desempenho e do Fundo alocado ao IFRRU. Durante o ano de 2016 foram submetidas 39 candidaturas, tendo sido aprovadas 23, correspondendo a um custo total de 23,39 M€, a um investimento elegível de 21,26 M€ e a um valor de cofinanciamento FEDER, à taxa de 85%, de 17,41 M€; - 1 Aviso de concurso para o IFRRU 2020, na PI 6.5 com dotação de 8,9 M€ e na PI 9.8 com dotação de 3,1 M€. Foram aprovadas as duas candidaturas submetidas, esgotando o Fundo a concurso, as quais constituem 2 dos 3 FdF que integram o IFRRU 2020. <p>Tendo por base o indicador objetivo de medida “financiamento <i>per capita</i> atribuído no PEDU, considerando a população predominantemente urbana” (comparativamente aos critérios utilizados na negociação, aprovados em reunião da CD de 29-01-2016, divulgados aos municípios envolvidos previamente à negociação), a tutela concluiu pela existência de uma situação de desequilíbrio com subfinanciamento relativo de um número de municípios que representam uma parcela relevante da população urbana, entendendo ser necessário mitigar as desigualdades de financiamento reconhecidas à luz da referida análise, disponibilizando uma dotação orçamental adicional de 14 M€ a acrescer à dotação do eixo, que permita esbater as situações com subfinanciamento dos respetivos PEDU.</p> <p>Nessa conformidade, foram abertos mais 3 avisos de concurso para submissão de candidaturas integradas nos PEDU dos municípios acima referidos, com uma dotação financeira na PI 4.5 de 4,5 M€, na PI 6.5 de 7,0 M€ e na PI 9.8 de 2,5 M€. Durante o ano de 2016 foram submetidas 11 candidaturas aos avisos para mitigação das desigualdades de financiamento, tendo sido aprovadas 2 candidaturas, correspondendo a um custo total de</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>0,363 M€, a um investimento elegível de 0,356 M€ e a um valor de cofinanciamento FEDER, à taxa de 85%, de 0,302 M€.</p> <p>A execução de operações no Eixo, no final de 2016, era incipiente, a despesa elegível executada era de 0,630 M€, o FEDER executado de 0,536 M€ e o FEDER pago de 0,557 M€. Esta situação é o reflexo do atraso na aprovação dos PEDU cujo aviso só foi aberto no segundo semestre de 2015. As candidaturas tinham elevado grau de complexidade, prevendo uma decisão em duas fases, envolvendo a necessidade de pareceres de diversas entidades (IHRU, IMT e DGT), situação que conduziu a que a primeira fase apenas tivesse decisão em abril de 2016 e, a segunda, um mês depois. Embora este processo tenha estado na origem do atraso na execução das operações, permitiu aos municípios pensar estrategicamente a cidade, envolver atores relevantes e a população, num exercício de cidadania que permite fazer melhor cidade, reforçar competências técnicas e assegurar mais visão política na perspetiva dos desafios de futuro das cidades, mais inteligentes, sustentáveis e inclusivas. Contribui este exercício de planeamento para um sistema urbano regional mais coeso e competitivo, assim como foram criadas condições para um melhor ajuste dos PEDU com os objetivos de implementação do NORTE 2020, devendo contribuir para uma maior celeridade da execução, embora em finais de 2016 os indicadores ainda evidenciassem a situação descrita.</p> <p>É de salientar, no sentido da aceleração da execução do investimento municipal, a deliberação da CIC 21/2016, de 2 de novembro, que no caso dos PEDU e dos PARU, prevê a aplicação de uma taxa de majoração na dotação contratada no Plano, em caso de submissão de pedidos pagamento que perfaçam uma taxa de execução superior a 15% da despesa elegível de uma operação PEDU. Esta medida constituiu um incentivo à execução das operações contidas nos Planos. Esta situação é sustentada na deliberação da CIC acima referida que estabelece que caso a "... aprovação das majorações anteriormente referidas implique ultrapassagem das dotações orçamentais existentes, ficam as Autoridades de Gestão autorizadas a ultrapassá-las no montante necessário".</p> <p>No que se refere ao contributo para objetivos e metas do Programa, as operações deste Eixo contribuem para os seguintes indicadores:</p> <p>- Na PI 4.5, com base nas 10 operações aprovadas, os indicadores previstos no quadro de desempenho:</p> <p>"Corredores de elevada procura de transporte implementados" e "Interfaces multimodais apoiados" revelam um grau de concretização muito baixo, havendo apenas uma operação aprovada correspondente a Corredores de elevada procura de transporte implementados. Prevê-se alcançar o indicador em 2023, mas atendendo à fase de maturidade das operações aprovadas poderá não ser atingido o valor previsto para 2018 relativamente às operações concluídas.</p> <p>É de salientar que, nas operações que integram os quadros de compromissos dos 29 PEDU aprovados, assumem particular relevo as "Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono (km)" que constituem um indicador não integrado no quadro de desempenho.</p> <p>- Nas PI 6.5 e 9.8, as 17 operações aprovadas contribuem para os seguintes indicadores do quadro de desempenho:</p> <p>"Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas" - A 31/12/2016 encontravam-se aprovadas 11 candidaturas que integram 212.856 m2 de espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas, representando 55,43% da meta para 2018 (33,26% da meta estabelecida para 2023), não se registando nenhuma operação concluída. Prevê-se alcançar o indicador em 2023, mas atendendo à fase de maturidade das operações aprovadas poderá não ser atingido o valor previsto para 2018 relativamente às operações concluídas;</p> <p>"Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas" - No final de 2016 encontravam-se aprovadas 7 candidaturas que integram 28.439 m2 de Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas, representando 59,37% da meta estabelecida para 2018 (35,59% da meta de 2023), não se registando</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>nenhuma operação concluída. Prevê-se alcançar o indicador em 2023, mas atendendo à fase de maturidade das operações aprovadas poderá não ser atingido o valor previsto para 2018 relativamente às operações concluídas;</p> <p>“Desenvolvimento urbano: Habitações reabilitadas em áreas urbanas” - No que respeita às Habitações reabilitadas em áreas urbanas, até ao final de 2016 foram aprovadas 6 candidaturas a que correspondem 302 habitações a intervencionar. A meta para 2018 encontra-se cumprida a 71,90% (a de 2023 encontra-se cumprida a 42,54%), não se registando nenhuma operação concluída. Prevê-se alcançar o indicador em 2023, mas atendendo à fase de maturidade das operações aprovadas poderá não ser atingido o valor previsto para 2018 relativamente às operações concluídas.</p>
6	Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores	<p>Caraterização e ponto de situação global do Eixo</p> <p>O EP6 veicula os apoios associados à prossecução do OT8 “Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores”. Apresenta dotação global de 195,3 M€ (5,8% do PO), envolvendo o financiamento do FEDER, com dotação de 57,5 M€, que representa 2,1% deste fundo no PO, bem como do FSE, com 137,8 M€, correspondendo a 23,6% deste fundo.</p> <p>Estes objetivos corporizam-se no apoio a várias tipologias de ação, no âmbito das Prioridades de Investimento mobilizadas:</p> <p>PI 8.1 (FSE) - Estágios profissionais na Administração Local.</p> <p>PI 8.3 (FSE) e 8.8 (FEDER) – (i) Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas e (ii) criação de emprego por conta própria e de empresas e microempreendedorismo, sob a forma de subvenções e instrumentos financeiros.</p> <p>PI 8.5 (FSE) – (i) Formação para a inovação empresarial (Formação Profissional associada aos Sistemas de Incentivos e Ações Coletivas) e (ii) Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas.</p> <p>PI 8.9 (FEDER) - Valorização dos recursos endógenos em territórios específicos.</p> <p>O Programa prevê uma especial articulação entre as PI 8.3 e PI 8.8, traduzidas em apoios que concorrem para um mesmo objetivo específico e que originam, pelo menos em parte, as mesmas operações, com a devida segregação das elegibilidades FEDER (apoio ao investimento) e FSE (apoio ao emprego).</p> <p>No final de 2016, este Eixo apresentava taxas de compromisso ainda incipientes (FSE: 3,6%; FEDER: 0%) e taxas de execução nulas, pelas razões que abaixo se explicita. Globalmente, poderão verificar-se algumas dificuldades no cumprimento dos objetivos intermédios em matéria de despesa certificada, sobretudo, na vertente FSE.</p> <p>Seleção de operações e execução: análise de progressos</p> <p>PI 8.1 (FSE)</p> <p>Como definido, até ao final de 2016, a tipologia “Estágios profissionais na Administração Local” foi financiada pelo PO ISE, no quadro da “Iniciativa Emprego Jovem”, prevendo-se que a elegibilidade transite para os POR em 2017. Por este motivo, não foram dinamizados quaisquer avisos, aguardando-se orientações da tutela sobre esta transição.</p> <p>Face ao exposto, é extemporâneo fazer um juízo sobre o cumprimento das metas dos indicadores de realização e resultado definidas para 2023, respetivamente, “Participantes desempregados que beneficiam dos estágios profissionais na administração local” (450) e “Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional na administração local” (35%).</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>PI 8.3 (FSE) e PI 8.8 (FEDER)</p> <p>A totalidade da dotação indicativa associada a estas PI está abrangida pela contratualização com CIM/AMP, no âmbito dos PDCT. Não foi possível proceder à abertura de avisos, dado que apenas em 2017 foi criado o “Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego” (SI2E), através da publicação da Portaria 105/2017, de 10/03. Este atraso resulta, em larga medida, da morosidade do processo de contratualização dos PDCT e da definição do enquadramento regulamentar da tipologia, dada a necessidade de clarificar as condições e as regras a observar na criação deste sistema de incentivos a empresas no quadro do RE ISE, em articulação com os apoios veiculados pelos sistemas de incentivos do PT 2020 no domínio temático da competitividade e internacionalização e com outras políticas públicas inter-relacionadas, em especial, o Programa Nacional para a Coesão Territorial e outras políticas ativas de emprego.</p> <p>Estabilizado o enquadramento regulamentar, têm vindo a ser definidas as condições de operacionalização (orientações técnicas, sistema de informação, avisos, divulgação e capacitação das entidades gestoras), em articulação com a SEDC, a ADC, as AG dos vários PO financiadores e as entidades gestoras (CIM/AM e GAL), prevendo-se que o lançamento da generalidade dos avisos ocorra em junho de 2017. Atento o enquadramento definido, estima-se que a procura ultrapasse largamente as verbas destinadas à vertente de investimento (FEDER), podendo verificar-se eventuais dificuldades de canalização das verbas FSE para apoio à criação de postos de trabalho.</p> <p>Apesar de prevista a afetação de recursos destas PI a IF, tal possibilidade não foi concretizada, dado que a avaliação ex ante dos IF de apoio ao empreendedorismo, apreciada em CA em novembro de 2015, se revelou inconclusiva quanto à existência de falha de mercado que necessite de ser suprida através destes instrumentos.</p> <p>Acresce referir que, não obstante os PDCT integrarem, a título indicativo, ações de “Apoio a investimentos de expansão ou criação de incubadoras ou viveiros sociais” (PI 8.8), também não foram dinamizados avisos, dada a orientação de afetar a totalidade das verbas das PI 8.3 e 8.8 ao SI2E e o facto de não estar assegurado o mapeamento prévio.</p> <p>No que respeita ao cumprimento das metas definidas, salienta-se que a PI 8.3 contribui para os indicadores do quadro de desempenho do NORTE 2020, através do indicador de realização “Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego” (6.000 em 2018 e 10.000 em 2023). Já no que se refere a resultados, definiu-se como meta 70% de “Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio”.</p> <p>O SI2E consubstancia alterações da política face aos pressupostos tidos em conta na programação e na aprovação das ITI e dos PDCT, seja porque não abrange o apoio à expansão ou criação de incubadoras/viveiros de empresas sociais, seja porque são significativamente mais elevados os custos unitários da vertente de investimento FEDER dos projetos. Destas alterações de pressupostos e da redução entretanto registada das taxas de desemprego poderão resultar dificuldades, prevendo-se um rápido esgotamento das verbas FEDER e um <i>deficit</i> na procura dos apoios FSE, pelo que será necessário rever as metas definidas para os indicadores de realização e resultado.</p> <p>PI 8.5 (FSE)</p> <p>. Formação para a inovação empresarial: A tipologia apresenta já uma dinâmica significativa: 18 avisos abertos; 1450 candidaturas submetidas (15,96 M€ FSE) e 351 aprovadas (4,71 M€ FSE). No final de 2016, registava-se algum atraso no processo de seleção, com elevado número de candidaturas ainda em análise. Havendo já execução FSE associada aos projetos aprovados, não foi possível proceder à validação da despesa nem ao apuramento de indicadores, devido a problemas de interoperabilidade entre o sistema de informação usado pelo COMPETE e pelos PO Regionais (SGO).</p> <p>Os apoios à formação para a inovação empresarial são complementares aos veiculados pelos Sistemas de Incentivos estabelecidos no EP2, nomeadamente no que respeita ao</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>enquadramento na RIS3. Sendo assim, os princípios específicos estabelecidos nesse Eixo Prioritário aplicam-se também nestes apoios.</p> <p>Desta tipologia depende o cumprimento da meta constante do quadro de desempenho "Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial" (20.000 pra 2018 e 33.500 em 2023) e do indicador de resultado "Trabalhadores que se consideram mais aptos para a inovação e gestão após a frequência da formação" (>75%). Não tendo sido possível efetuar o apuramento de indicadores associados às operações aprovadas, torna-se difícil conjecturar sobre o grau de aproximação às metas.</p> <p>. Inserção de RH altamente qualificados nas empresas: Foram abertos 2 avisos, para apoiar a contratação de doutorados e pós-doutorados, 1 para PME e 1 para empresas de maior dimensão (Não PME). Registou-se uma reduzida procura (15 candidaturas; 1,02 M€ FSE) e um atraso na análise, devido à insuficiente afetação de recursos da equipa responsável, apenas reforçada no terceiro trimestre de 2016. A reduzida apetência do tecido empresarial da Região, a complexidade do aviso e, sobretudo, a insuficiente divulgação do aviso e promoção da procura serão os principais fatores explicativos da baixa procura manifestada.</p> <p>De acordo com o definido no Programa no que toca a princípios específicos de seleção, o enquadramento nos domínios prioritários da RIS3 e respetivos racionais é considerado critério preferencial na seleção dos projetos.</p> <p>Está em curso uma simplificação e harmonização dos critérios de seleção e dos termos dos avisos dos vários PO financiadores, tendo em vista o lançamento de novo aviso, desta vez, conjunto. Foi efetuada uma reunião de avaliação com os beneficiários e está a ser preparada uma estratégia de divulgação, com o apoio de meios de comunicação social e da Agência de Inovação.</p> <p>A tipologia em apreço tem como indicador específico de realização o "Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas" (400 pessoas, em 2023) e como indicador de resultado o "Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio" (65%, em 2023). O cumprimento das metas, em especial do indicador de realização, exigirá um claro e decisivo esforço de mobilização da procura e o incremento das aprovações.</p> <p>PI 8.9 (FEDER)</p> <p>Os resultados a atingir nesta PI decorrerão de ações que contribuam para um melhor ordenamento do território e para a valorização económica do património paisagístico, histórico, cultural e natural. Esta valorização dos recursos endógenos será fonte de rendimento e contribuirá para o aumento do emprego e para a conservação do capital social e humano nas zonas de baixa densidade, funcionando como uma barreira às dinâmicas de despovoamento. Ou seja, pretende-se, no atual contexto de programação reproduzir as Estratégias de Eficiência Coletiva do Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (EEC PROVERE). Cada EEC é constituída por um Programa de Ação, dispondo de projetos âncora e de projetos complementares, sendo que os primeiros são exclusivamente cofinanciáveis através da PI 8.9.</p> <p>Com o objetivo de se proceder ao reconhecimento formal das referidas EEC, foi aberto um Aviso no final de 2015, que se prologou até início de 2016.</p> <p>Decorrente de um conjunto de constrangimentos, o principal relacionado com a alteração da estrutura técnica que acompanhava esta tipologia, só no início de 2017 foi possível encerrar a primeira fase deste Aviso, que consistia na análise de admissibilidade e avaliação de mérito das propostas apresentadas, e iniciar a segunda e última fase deste processo.</p> <p>Por este motivo, não foram ainda lançados Avisos para operações que materializam os Programas de Ação das referidas EEC, prevendo-se que esta situação seja ultrapassada no terceiro trimestre de 2017.</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
7	Inclusão Social e Pobreza	<p>Caraterização e ponto de situação global do Eixo</p> <p>O EP7 veicula os apoios associados à prossecução do OT9 “Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação”. Apresenta uma dotação global de 217,8 M€ (6,4% do PO), com financiamento de ambos os FEEI. O FEDER, com uma dotação de 79,9 M€ FEDER, que representa 2,9% deste fundo no PO; o FSE, com 138 M€ , corresponde a 23,7% deste fundo no PO.</p> <p>Estes objetivos corporizam-se no apoio a várias tipologias de ação, no âmbito das Prioridades de Investimento mobilizadas:</p> <p>PI 9.1 (FSE) – (i) Abordagens integradas para a inclusão ativa; (ii) Contratos de Emprego Inserção (CEI e CEI+).</p> <p>PI 9.6 (FSE) e 9.10 (FEDER) – (i) Intervenções de desenvolvimento socioeconómico de base local; (ii) Desenvolvimento socioeconómico de base local.</p> <p>PI 9.7 (FEDER) – (i) Equipamentos da saúde e (ii) Equipamentos sociais.</p> <p>O Programa prevê uma especial articulação entre as PI 9.6 e PI 9.10 que concorrem para um mesmo objetivo específico associado ao DLBC, com a devida segregação das elegibilidades FEDER (apoio ao investimento) e FSE (apoio ao emprego).</p> <p>No final de 2016, este Eixo apresentava já taxas de compromisso razoáveis (FSE: 11,8%; FEDER: 26,5%) mas ainda taxas de execução nulas, pelas razões abaixo explicitadas.</p> <p>Seleção de operações e execução: análise de progressos</p> <p>PI 9.1 (FSE)</p> <p>. Abordagens integradas para a inclusão ativa: Em 2016, foi lançado um aviso com a dotação de 11 M€ FSE, visando promover iniciativas de inclusão social nos municípios da Região do Norte com mais de 400 fogos de habitação social, em parceria com outras entidades. Os projetos devem ser obrigatoriamente articulados com as intervenções previstas nos PEDU da Região do Norte, podendo alargar-se a outras ações de apoio a populações desfavorecidas não abrangidas por projetos de regeneração urbana.</p> <p>O atraso na disponibilização do formulário de candidatura do SIFSE e a necessidade de introduzir ajustamentos ao Aviso protelaram o seu encerramento, pelo que não foi possível aprovar as candidaturas em 2016. Atendendo à avaliação dos resultados do primeiro aviso e à identificação das principais necessidades ainda a colmatar, está em preparação o lançamento de novo(s) aviso(s) destinados a apoiar abordagens integradas para a inclusão ativa.</p> <p>Não se prevê dificuldades no cumprimento da meta do indicador de realização associado a esta tipologia (34 “Projetos de inovação e experimentação social apoiados”, até 2023). Esta tipologia não contribui para os indicadores do quadro de desempenho do NORTE 2020.</p> <p>. Contratos de Emprego Inserção (CEI e CEI+):</p> <p>A totalidade da dotação indicativa associada a esta tipologia está abrangida pela contratualização com as CIM/AMP, no âmbito dos PDCT, sendo beneficiário único o Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP, enquanto beneficiário responsável pela execução da política pública subjacente (BREPP). A tipologia foi alvo da deliberação da CIC n.º 2-B/2016 que aprova a metodologia de custos simplificados aplicável.</p> <p>No âmbito do aviso aberto (dotação de 34,49 M€ FSE), destinado a financiar CEI e CEI+ realizados em 2014, 2015 e 2016, foram apresentadas 8 candidaturas (29,31M€ FSE) e aprovadas 6 (15,32 M€ FSE), no prazo médio de decisão de 32 dias. As restantes 2 candidaturas apenas foram aprovadas em 2017, devido a dificuldades técnicas com que os OI de depararam na análise das candidaturas em SIFSE. A tardia estabilização das funcionalidades de reporte e análise da execução física e financeira, bem como a necessidade de formação prévia dos OI, dificultaram a validação atempada dos primeiros</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>pedidos de reembolso, não obstante os esforços realizados pela ADC, pela AG, pelos OI e pelo beneficiário, designadamente, através da definição de orientações, sessões de formação e apoio à correção de incidências. Assim, apenas foi possível considerar neste Relatório parte da execução já reportada pelo beneficiário, prevendo-se que seja possível certificar a totalidade da despesa em 2017.</p> <p>Não se prevê dificuldade no cumprimento do objetivo intermédio do indicador de realização “Participantes em ações de trabalho socialmente necessário” que integra o quadro de desempenho do PO (21 600 participantes, em 2018), já que as operações já aprovadas contemplam 20 647 participantes. Contudo, dados os constrangimentos à contratação de colaboradores enfrentados pela maioria das entidades públicas, estima-se que poderão verificar-se dificuldades em atingir a meta do indicador de resultado (42% de participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário).</p> <p>PI 9.6 (FSE) e 9.10 (FEDER)</p> <p>A totalidade da dotação indicativa associada a estas PI (57,8 M€, dos quais 35,6 M€ FSE e 22,2 M€ FEDER) está abrangida pela contratualização com os GAL, no âmbito das 21 Estratégias de Desenvolvimento Local (DLBC) aprovadas: 16 rurais, 3 urbanas e 2 costeiras. Nos termos contratados, a intervenção está focalizada no empreendedorismo, na criação de empresas e do próprio emprego e no emprego.</p> <p>Não foi possível proceder à abertura de avisos, dado que apenas em 2017 foi criado o “Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego” (SI2E), através da publicação da Portaria n.º 105/2017, de 10 de março. Este atraso resulta, em larga medida, da morosidade do processo de contratualização das EDL com os GAL e da definição do enquadramento regulamentar da tipologia, dada a necessidade de clarificar as condições e as regras a observar na criação deste sistema de incentivos a empresas no quadro do RE ISE, em articulação com os apoios veiculados pelos sistemas de incentivos do Portugal 2020 no domínio temático da competitividade e internacionalização e com outras políticas públicas inter-relacionadas, em especial, o Programa Nacional para a Coesão Territorial e outras políticas ativas de emprego.</p> <p>Estabilizado o enquadramento regulamentar, têm vindo a ser definidas as condições de operacionalização (orientações técnicas, sistema de informação, avisos, divulgação e capacitação das entidades gestoras), em articulação com a SEDC, a AD&C, as AG dos vários PO financiadores e as entidades gestoras (CIM/AM e GAL), prevendo-se que o lançamento da generalidade dos avisos ocorra em junho de 2017. Atento o enquadramento definido, estima-se que a procura ultrapasse largamente as verbas destinadas à vertente de investimento (FEDER), podendo verificar-se eventuais dificuldades de canalização das verbas FSE para apoio à criação de postos de trabalho.</p> <p>No que respeita ao cumprimento das metas definidas, esta tipologia não contribui para os indicadores do quadro de desempenho do NORTE 2020. Tal como previsto no NORTE 2020 e contratualizado com o GAL, até 2023 prevê-se 1.100 “Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego”, das quais se espera que 50% permaneçam empregadas 12 meses após o fim do apoio. À PI 9.10 está ainda associado o indicador de resultado “Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado”, com uma meta de 1,4 a atingir em 2023.</p> <p>O SI2E consubstancia alterações da política face aos pressupostos tidos em conta na programação e na aprovação das EDL, uma vez que são significativamente mais elevados os custos unitários da vertente de investimento FEDER dos projetos. Destas alterações e da redução entretanto registada das taxas de desemprego poderão resultar dificuldades, prevendo-se um rápido esgotamento das verbas FEDER e um <i>deficit</i> na procura dos apoios FSE, pelo que será necessário rever as metas definidas para os indicadores de realização e resultado.</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>PI 9.7 (FEDER)</p> <p>A taxa de compromisso da PI 9.7 era de 36,7%, não se registando execução. Globalmente, as intervenções abrangidas nesta PI asseguram o contributo para dois indicadores que integram o quadro de desempenho (“Equipamentos sociais e de saúde apoiados” e “Equipamentos sociais e de saúde contratados”, respetivamente com as metas de 29 e 70 para 2018). Prevê-se que estes objetivos intermédios possam ser atingidos, considerando que estão já atingidos, respetivamente, 59% e 24% das metas, como abaixo se explicita.</p> <p>. Equipamentos da saúde:</p> <p>O mapeamento dos investimentos em infraestruturas de saúde foi aprovado pela CE a 10-12-2015. Assim, no início de 2016, foi aberto um aviso de concurso para apresentação de candidaturas, com uma dotação de 25,4 M€. Neste âmbito, durante o ano de 2016, foram submetidas 30 candidaturas e aprovadas 17 (12 em Unidades de Saúde Familiar e 5 Serviços de Urgência), num prazo médio de 20 dias, correspondendo a um investimento elegível de 23,4 M€ e a um valor de cofinanciamento FEDER de 19,9 M€, à taxa de 85%.</p> <p>Para além dos indicadores da PI já acima identificados, a tipologia “Equipamentos de saúde” está associada aos seguintes indicadores de realização e resultado específicos do NORTE 2020:</p> <p>“Saúde: População abrangida por serviços de saúde melhorados” - É ainda de salientar que as 17 operações aprovadas têm uma área de incidência que abrange 1.659.524 pessoas, ultrapassando largamente a meta de 250.000 habitantes definida para 2023. Esta discrepância resulta de uma má interpretação do conceito de “população abrangida” que corresponde à população que poderá dispor dos equipamentos em apreço, ou seja, as pessoas residentes na área de incidência de cada um dos equipamentos. Na definição da meta, o conceito foi interpretado de forma incorreta como “população servida”, isto é, população que utiliza.</p> <p>“Porcentagem de utentes inscritos em USF” - O indicador continua a apresentar uma evolução muito favorável, situando-se, em 2016, nos 74%. No entanto e em comparação com os últimos 5 anos, regista-se, face a 2015, uma taxa de crescimento mais reduzida (2,7%). A manutenção de uma trajetória de acréscimos decrescentes com uma magnitude idêntica à deste exercício pode não se vir a revelar compaginável com a meta estabelecida.</p> <p>. Equipamentos sociais:</p> <p>A totalidade da dotação indicativa desta tipologia (27,7 M€ FEDER) está integrada nos PDCT, encontrando-se a sua gestão contratualizada com as CIM/AMP. O mapeamento dos equipamentos sociais sofreu um atraso significativo, tendo sido necessário aguardar as orientações da tutela. Nesta data, encontra-se a aguardar aprovação da versão final para envio e aprovação por parte da CE.</p> <p>Esta tipologia não está associado a outros indicadores, para além dos indicadores da PI que constam do quadro de desempenho, já acima identificados.</p>
8	Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida	<p>Caraterização e ponto de situação global do Eixo</p> <p>O EP8 veicula os apoios associados ao OT10 “Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida”.</p> <p>Apresenta uma dotação global de 435,8 M€ (12,9 % do PO), envolvendo o financiamento de ambos os FEEI: o FEDER, com uma dotação de 172,7 M€ FEDER, que representa 6,2 % deste fundo no PO; o FSE, com 263 M€ FSE, correspondendo a 45,1% deste fundo.</p> <p>Este objetivo corporiza-se no apoio a várias tipologias de ação, no âmbito das Prioridades de Investimento aqui sucintamente identificadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> . PI 10.1 - Abandono escolar (FSE) . PI 10.2 - Ensino superior (FSE) . PI 10.4 - Orientação para o mercado de trabalho (FSE) . PI 10.5 - Infraestruturas de educação e formação (FEDER).

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>No final de 2016, este Eixo apresentava taxas de compromisso de 7,7% (FSE) e 18,9 % (FEDER) mas ainda taxas de execução nulas ou reduzidas (0% no FSE e 0,12% no FEDER), tal como abaixo se justifica.</p> <p>Seleção de operações e execução: análise de progressos</p> <p>PI 10.1 (FSE)</p> <p>Parte da dotação indicativa desta PI foi contratualizada com as CIM e a AMP, no âmbito dos PDCT (44,8 M€) e, em menor grau, com os GAL, no âmbito das EDL das DLBC urbanas (3,5 M€).</p> <p>. Programas TEIP, +Sucesso e PIEF: Foi aberto um aviso destinado ao Programa TEIP (incluindo Percursos Curriculares Alternativos e/ou de Programas Integrados de Educação e Formação), para um período de 36 meses. A este aviso, com uma dotação de 44 M€ FSE, candidataram-se todos os atuais agrupamentos TEIP da Região do Norte (49), solicitando 51,1 M€ FSE.</p> <p>A análise prolongou-se para além do desejável, considerando o <i>deficit</i> de colaboradores do serviço competente e a sobreposição com o encerramento do ON.2, bem como a complexidade do aviso que exigiu várias iterações de esclarecimentos junto dos beneficiários. Assim, as 49 operações apenas foram aprovadas já em 2017. Seria interessante ponderar a possibilidade de a DGE se constituir como BREPP, o que implicaria a alteração dos beneficiários elegíveis.</p> <p>Esta tipologia assegura a meta do indicador “Escolas abrangidas por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo”, do quadro de desempenho do PO, sendo que as candidaturas entretanto aprovadas já ultrapassam o objetivo de 2018 (36 escolas). Contudo, o cumprimento da meta definida para 2023 (60 escolas) pressupõe alterações nesta medida de política, designadamente, a reconsideração da lista dos agrupamentos.</p> <p>. Planos de combate ao insucesso escolar: A dotação indicativa está contratualizada com as CIM e AMP (PDCT) e foi afeta ao Aviso aberto (44,8 M€ FSE). Várias dificuldades contribuíram para a tardia publicação dos avisos: a prolongada cadeia de programação – EIDT e PDCT, a opção de aprovação de Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), prévios às operações; a necessidade de garantir a abordagem intermunicipal e inovadora (pouco tempo de preparação, elevado nº de atores envolvidos, articulação com os planos de ação aprovados pela Estrutura de Missão do PNPSE, bem como dos planos plurianuais de melhoria dos agrupamentos TEIP). Não obstante, os planos foram já todos apresentados e espera-se que todas as operações o sejam até 30/06/2017.</p> <p>Prevê-se que seja cumprida a meta do indicador “Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar” (8) do quadro de desempenho do PO. Ambas as tipologias (TEIP e PIICIE) concorrem para a meta do indicador da PI 10.1 “Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado” (45%, até 2023), não sendo possível, nesta data, avaliar o risco de incumprimento.</p> <p>PI 10.2 (FSE)</p> <p>A taxa de compromisso desta PI ascende a 23,5%, não se registando execução.</p> <p>. Programa + Superior: Na sequência da alteração aprovada pelo Comité de Acompanhamento, a DGES constitui-se como beneficiário (BREPP). No Aviso aberto em 2016 (dotação de 1,06 M€ FSE), foi submetida e aprovada 1 candidatura (1,06 M€ FSE), no prazo de 127 dias. Este atraso deveu-se sobretudo ao <i>deficit</i> de colaboradores do serviço competente e a sobreposição com o encerramento do ON.2, bem como a algumas dificuldades relacionadas com as funcionalidades de análise do SIFSE.</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>Havendo execução por parte do beneficiário, não foi ainda possível proceder ao seu registo em SIFSE.</p> <p>Não foram fixadas metas associadas a esta tipologia.</p> <p>. Cursos TeSP: Foi aberto um primeiro aviso (7,7 M€ FSE) em que foram submetidas e aprovadas 9 candidaturas (6, 19 M€ FSE), no prazo de 127 dias. O atraso deveu-se às razões identificadas na tipologia anterior. Os cursos a apoiar devem estar alinhados com as prioridades da RIS3 Norte.</p> <p>Ao abrigo da autorização emitida pela CIC, foram efetuados adiantamentos de 65%. Contudo, a não disponibilização atempada das funcionalidades de reporte e análise da execução impediu a validação da despesa.</p> <p>Os resultados contratualizados fazem prever que será cumprida a meta fixada para 2023 relativa aos “Estudantes certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5” (70%), o mesmo sucedendo com o indicador “Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5” (1. 228 alunos, contratados), desde que respeitado o custo unitário considerado em sede de programação.</p> <p>. Programas de doutoramento: Ao aviso aberto em outubro de 2015 foram submetidas 63 candidaturas (21,13 M€ FSE), solicitando o apoio para 440 bolsiros. Em maio de 2016 foram aprovadas 42 candidaturas, com um custo total elegível de 13,8M€ e 11,7M€ de FSE (85%), no prazo de 123 dias. Estas operações abrangem um total de 186 doutorandos, representando uma quebra muito significativa face ao solicitado.</p> <p>Os atrasos da execução resultam da necessidade de clarificar algumas disposições do RE CH (ex.: rácio “<i>in breeding</i>”, parcerias, duração das operações, etc.) e do Aviso (ex.: cofinanciamento da CPN e às despesas elegíveis). Esta clarificação exigiu uma morosa e complexa articulação com a tutela, a FCT, a AD&C e o POCH que não se encontra ainda completamente concluída. Por esse motivo, alguns beneficiários protelaram o início dos projetos e poderão vir a registar-se quebras de execução. Acresce que o facto de esta tipologia não ter sido considerada prioritária para efeitos do cumprimento da regra N+3 atrasou a disponibilização das funcionalidades de reporte e análise da execução do SIFSE.</p> <p>As ações apoiadas abrangem programas de doutoramento e bolsas de pós-doutoramento associados aos domínios alinhados com as prioridades da RIS3.</p> <p>Esta tipologia de ação assegura o contributo para o indicador de realização do quadro de desempenho (“Bolsiros de doutoramento apoiados”, cuja meta até 2018 é de 480). Prevê-se que este objetivo intermédio possa ser atingido, caso seja possível avançar com novos avisos em tempo útil. Releva ainda para o indicador de resultado “Doutoramentos concluídos”, com meta de 70% fixada para 2023. Considerando o que acima se expôs e não estando ainda clarificada a metodologia de aferição deste indicador, não é ainda possível fazer uma avaliação fundamentada.</p> <p>PI 10.4 (FSE)</p> <p>A 31/12/2016 era ainda nula a taxa de compromisso e de execução desta PI.</p> <p>. Cursos de Especialização Tecnológica (CET): Foi aberto um Aviso com a dotação de 4 M€ FSE. Neste primeiro aviso, não apresentaram candidatura alguns beneficiários visados (ex.: Turismo de Portugal, Centros de Gestão Direta do IEFP e Escolas Tecnológicas), pelo que apenas foram submetidas 7 candidaturas (2,54 M€ FSE). Devido ao <i>deficit</i> de colaboradores do serviço competente e à sobreposição com o encerramento do ON.2, bem como a algumas dificuldades relacionadas com as funcionalidades de análise do SIFSE, apenas foi possível concluir a sua análise já em 2017.</p> <p>Os resultados contratualizados com os beneficiários fazem prever que será cumprida a meta fixada para 2023 relativa ao indicador de resultado “Diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET)”, o mesmo sucedendo com a meta do indicador de realização “Jovens</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)” (5.400), desde que respeitado o custo unitário considerado em sede de programação.</p> <p>PI 10.5 (FEDER)</p> <p>A taxa de compromisso da PI era de 18,9% e a taxa de execução de 0,1%.</p> <p>. Infraestruturas Educativas para o Ensino Escolar (ensinos básico e secundário):</p> <p>As intervenções abrangidas por esta tipologia foram sujeitas a prévio mapeamento e integradas nos PDCT, encontrando-se a sua gestão contratualizada com as CIM e a AMP.</p> <p>O aviso foi aberto de 08-02-2016 a 30-06-2017, com uma dotação de 131 M€. Durante o ano de 2016 foram submetidas 94 candidaturas (101,8 M€), tendo sido aprovadas 48, com um custo elegível de 52,8 M€ e a um cofinanciamento FEDER de 30,6M€ (taxa de 85%).</p> <p>A taxa de execução era ainda incipiente (FEDER executado de 191.250€), apesar de já se encontrarem concluídas duas operações. Esta situação é o reflexo do atraso do prévio mapeamento, aprovado no final de 2015, e dos PDCT, cuja contratação apenas foi finalizada em janeiro de 2016.</p> <p>As operações desta tipologia contribuem para as seguintes metas do quadro de desempenho:</p> <p>. “Acolhimento de crianças e educação: Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas” – metas de 6 200, em 2018 e 25 500, em 2023;</p> <p>. “Acolhimento de crianças e educação: Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação contratadas – metas de 15 300, em 2018, e 25 500, em 2023.</p> <p>Considerando as intervenções aprovadas em 48 estabelecimentos de ensino com capacidade para 15.602 alunos, foram já superadas ambas as metas estabelecidas para 2018, estimando-se o seu cumprimento para 2023.</p> <p>Esta tipologia está ainda associada ao indicador de resultado “Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)”, cuja meta fixada para 2023 é de 92%. Uma vez que, até ao final do ano de 2016, não existem operações concluídas, não é possível apresentar valores para este indicador.</p> <p>. Aquisição de Equipamentos para Cursos TeSP: Foi aberto 1 Aviso com a dotação de 9 M€ FEDER, a que foram submetidas 5 candidaturas (9,66 M€ FEDER). Apenas são admissíveis equipamentos indispensáveis aos cursos TeSP alinhados com a RIS3-Norte e/ou com a ENEI. Tal como já acima referido, o <i>deficit</i> de colaboradores do serviço competente e a sobreposição com o encerramento do ON.2 impediram que a análise e decisão fossem concluídas em 2016.</p> <p>A tipologia em causa não concorre para qualquer meta do PO.</p>
9	Capacitação Institucional e TIC	<p>Caraterização e ponto de situação global do Eixo</p> <p>O EP9 veicula os apoios associados ao OT2 “Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade” e ao OT11 “Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública”.</p> <p>Apresenta uma dotação global de 76,4 M€ (2,3 % do PO), envolvendo o financiamento de ambos os FEEI: o FEDER, com uma dotação de 32,2 M€ FEDER, que representa 1,2 % deste fundo no PO; o FSE, com 44,1 M€ FSE, correspondendo a 7,6 % deste fundo.</p> <p>A mobilização conjunta dos dois FEEI decorre da articulação dos dois OT que contribuem para o processo de modernização administrativa. Em particular, pressupõe-se uma combinação entre as ações de modernização administrativa (a financiar pelo FEDER) e as ações de formação para a modernização administrativa (a financiar pelo FSE), capacitando os recursos humanos para a implementação das mudanças organizacionais esperadas.</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>Estes objetivos corporizam-se no apoio a várias tipologias de ação, no âmbito das seguintes Prioridades de Investimento:</p> <p>. PI 11.1 (FSE): (i) Ações de formação associadas a projetos de modernização administrativa; (ii) Capacitação dos serviços públicos para os processos de simplificação regulamentar, de serviços partilhados, de reforço da capacidade técnica e de gestão e de monitorização, acompanhamento e avaliação das políticas públicas.</p> <p>. PI 11.2 (FSE): Reforço da capacidade de atores e redes para a promoção do desenvolvimento territorial.</p> <p>. PI 2.3 (FEDER): (i) Serviços públicos eletrónicos de âmbito regional e local; (ii) Serviços em rede (acesso a serviços públicos eletrónicos de forma mediada); (iii) Projetos inovadores de utilização das TIC na resposta a desafios sociais emergentes; (iv) Serviços públicos digitais abertos, flexíveis e interoperáveis; (v) TIC como instrumento eficiência interna dos serviços públicos.</p> <p>No final de 2016, este Eixo apresentava taxas de compromisso de 0% (FSE) e 3,2% (FEDER), com taxas de execução de 0% no FSE e de 0,12% no FEDER.</p> <p>Seleção de operações e execução: análise de progressos</p> <p>PI 11.1 (FSE)</p> <p>Não foi possível publicar qualquer aviso, seja devido aos atrasos da PI 2.3 que visa complementar, seja pela necessidade de assegurar o acompanhamento de outras tipologias consideradas mais prioritárias.</p> <p>Está em preparação o lançamento de avisos, em articulação com a estratégia nacional de descentralização e modernização administrativa.</p> <p>Dado o ponto de situação exposto, não é possível, nesta data, emitir um juízo sobre a possibilidade de cumprimento das metas dos indicadores de realização e resultado associados a esta tipologia, a saber: (i) Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização (12.000, em 2023); (ii) Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação (75-85%, em 2023).</p> <p>PI 11.2 (FSE)</p> <p>Não foram abertos avisos, devido ao atraso de outras tipologias adjacentes a que foi dada prioridade e uma vez que os apoios não foram ainda regulamentados. Já em 2017 foi publicado um aviso destinado a apoiar a animação das EDL de base comunitária dos GAL Urbanos.</p> <p>Está em preparação o lançamento de avisos que permitam apoiar intervenções destinadas a reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial nos domínios da educação, do emprego e empreendedorismo, da aprendizagem ao longo da vida, da formação e das políticas sociais, assegurando uma maior eficiência no funcionamento da rede de atores regionais, sub-regionais e locais.</p> <p>O incipiente nível de maturidade da dinâmica não permite ajuizar cabalmente o possível (in)cumprimento do objetivo intermédio do indicador de realização constante do quadro de desempenho do PO associado a esta tipologia (66 “Projetos de promoção e capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados”, até 2018), assim como da meta definida para o indicador de resultado “instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados” (275 em 2023).</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>PI 2.3 (FEDER)</p> <p>Esta PI está associada ao objetivo específico de aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional e melhorar a eficiência interna da administração pública através de TIC. Destaca-se a articulação desta prioridade com as iniciativas a enquadrar nas PI 11.1 e PI 11.2.</p> <p>No final de 2016, esta constituía a única PI do EP9 já com uma dinâmica iniciada mas apresentava ainda taxas de compromisso e de execução incipientes (respetivamente, 3,2% e 0,1%).</p> <p>A gestão de uma parte maioritária da dotação deste OT e da PI (75%) foi contratualizada com as CIM e a AMP, no âmbito dos PDCT (24,2 M€), sendo o tardio arranque tributário do atraso do processo de aprovação e contratualização das EIDT e dos PDCT.</p> <p>Em 2016 foram lançados dois avisos no quadro da tipologia “Sistema de apoio à modernização e capacitação da Administração Pública - Promoção de uma administração em rede”:</p> <ul style="list-style-type: none"> . “Programa Aproximar: Estratégia para a Reorganização dos Serviços de Atendimento da Administração Pública (Projetos Piloto)”, com uma dotação de 2 M€, no âmbito do qual foi apresentada e aprovada a operação “Loja do Cidadão em Valpaços”, a única já com execução. . “Promoção das TIC na Administração e Serviços Públicos”, tipologia contratualizada com as CIM/AMP (PDCT), com uma dotação de 22,7 M€. Até final de 2016 foram aprovadas 3 das 59 apresentadas, não tendo sido finalizada a sua análise. <p>No processo de seleção de candidaturas estão a ser tidos em devida conta os princípios específicos estipulados na programação (eg., não elegibilidade de meras substituições de equipamentos informáticos não enquadradas em medidas de reorganização e capacitação dos serviços e de formação dos respetivos trabalhadores).</p> <p>A PI 2.3 está associada aos seguintes indicadores do Quadro de Desempenho:</p> <ul style="list-style-type: none"> . “Serviços da Administração Pública apoiados” (10, em 2018) . “Serviços da Administração Pública contratados” (24, em 2018). <p>Atento o acima exposto, registam algum atraso mas perspectiva-se que a seleção de candidaturas a ocorrer em 2017 permita atingir os objetivos intermédios de 2018.</p> <p>No que respeita aos indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> . “Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos” (40-50%, em 2023) - Este indicador tem apresentado uma evolução positiva nos últimos anos, atingindo o valor de 23,4%, em 2016, correspondendo a um aumento de 3,7 p.p. em relação valor de referência do NORTE 2020. . “Câmaras municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na Internet no total de câmaras” (70-80 %, em 2023) - O indicador tem apresentado uma evolução muito favorável, registando o valor de 69,8% no ano de 2016, o que corresponde a 60 municípios, perspectivando-se que a meta possa ser ultrapassada.
10	Assistência Técnica	<p>Caraterização e ponto de situação global do Eixo</p> <p>O EP10 veicula os apoios associados à prossecução dos Objetivos Específicos de “Criar as condições para o exercício eficaz e eficiente das competências e atribuições da AG” e de “Assegurar o envolvimento e a participação ativa de <i>stakeholders</i>, divulgando informação aos cidadãos e às empresas e capacitando os beneficiários”.</p> <p>Apresenta uma dotação global de 83,74 M€ (2,5% da dotação Fundo total do PO), envolvendo apenas o financiamento do FEDER. Esta dotação permitirá, até final do PO, o financiamento de um investimento elegível de 98,51 M€. Assim, para os 8 anos de</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>execução prevista do PO - 2016 a 2023 - a dotação anual Fundo do Eixo, de 10,47 M€ em termos médios, financiará anualmente um investimento elegível de 12,31 M€.</p> <p>A AG definiu, para mais facilmente monitorizar e avaliar a realização dos objetivos do Eixo, que as candidaturas de Assistência Técnica deveriam corresponder aos exercícios orçamentais anuais de cada beneficiário, pelo que anualmente abrirá concursos dirigidos às entidades com competências na gestão do PO, para financiamento das suas despesas anuais associadas aos objetivos atrás referidos.</p> <p>Seleção de operações e execução: análise de progressos</p> <p>Em 31/12/2016, o valor Fundo das 7 operações aprovadas era de 9,18 M€, ou seja, 88% da dotação anual programada. Em termos de candidaturas submetidas, as 14 operações, com um valor Fundo de 13,64 M€, ultrapassavam em 30% essa dotação anual prevista.</p> <p>Estes valores apontam já que o principal constrangimento deste Eixo poderá estar ao nível da sua dotação financeira para fazer face às despesas incorridas pelos beneficiários nas suas tarefas associadas à gestão do PO. Trata-se, no entanto, de um constrangimento a monitorizar pela AG nos dois primeiros anos de execução do PO (2016 e 2017), pois, naturalmente, as despesas iniciais de criação da estrutura de apoio técnico dos beneficiários, para o exercício eficaz das competências de gestão, tendem a ser de maior valor no início do PO, resultado fundamentalmente das despesas necessárias para a sua instalação, podendo vir a diminuir nos anos seguintes de execução</p> <p>O Eixo apresentava a 31/12/2016 um custo elegível validado de 3,76 M€ e FEDER de 3,49 M€, o que corresponde uma taxa de realização de 38,0% face à dotação aprovada. Os pagamentos totalizavam o valor de 5,28 M€, o que se traduz numa taxa de pagamento de 57,5% face à dotação aprovada. Esta execução financeira corresponde essencialmente às atividades do secretariado técnico da AG, como sejam remunerações do pessoal, atividades de comunicação, nomeadamente, sessões de divulgação do PO, bem como encargos gerais com a estrutura. As outras 2 candidaturas que apresentaram execução em 2016 respeitam às Comunidades Intermunicipais do Ave e do Alto Minho. Relativamente às restantes 3 candidaturas, cuja aprovação aconteceu já no 4º trimestre de 2016, só iniciarão a apresentação de despesas ao PO em 2017.</p> <p>De salientar, por último, como referido atrás no ponto 3 deste Relatório, que a execução referente às candidaturas de AT de cada ano só é apurada após abril do ano seguinte, pelo que a avaliação da execução das candidaturas de 2016 deste Eixo será detalhada no Relatório de Execução Anual do PO de 2017.</p>

11.2. AÇÕES ESPECÍFICAS REALIZADAS PARA PROMOVER A IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES E PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO, EM PARTICULAR A ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, E MEDIDAS IMPLEMENTADAS PARA ASSEGURAR A INTEGRAÇÃO DA PERSPETIVA DO GÉNERO NOS PROGRAMAS OPERACIONAIS E NAS OPERAÇÕES

(Artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, alínea e), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Entre os princípios transversais tidos em conta na programação incluem-se a igualdade de oportunidades e não discriminação e a igualdade entre homens e mulheres.

Em sede da execução, realça-se a adoção de um conjunto de práticas e realizações que procuram ser um contributo efetivo à concretização destes princípios

Numa perspetiva transversal, realça-se:

- Os beneficiários integram, em todas as candidaturas, uma ficha de avaliação da Integração da perspetiva de igualdade entre homens e mulheres e de igualdade de oportunidades e da não discriminação, utilizando o modelo disponibilizado pela AG.

Esta prática tem um intuito pedagógico e de sensibilização e, quando aplicável, permite fornecer elementos que são utilizados na avaliação de mérito das candidaturas.

- No processo de seleção de operações de várias tipologias são ponderados os impactos, diretos e indiretos, na desigualdade de género dos projetos a aprovar (ex.: Cursos TeSP, CET, TEIP, Inclusão Ativa, CEI e CEI+, S2E, Empreendedorismo Qualificado, Planos de Combate ao Insucesso Escolar, Programas Doutorais, etc.). Atento o estabelecido no n.º 3 do art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, em especial no âmbito do Sistema de Incentivos às empresas, Sistema de Apoio às Ações Coletivas e nos domínios temáticos Capital Humano e Inclusão Social e Emprego, são ainda aplicados como critérios de desempate (i) a maior representatividade de mulheres nos órgãos de direção, de administração e de gestão e (ii) a maior igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas ou idênticas funções, na entidade candidata.

- Em especial nos projetos financiados pelo FSE, são recolhidos indicadores específicos e, sempre que aplicável, é assegurada a ventilação por género da generalidade dos indicadores.

- No Comité de Acompanhamento estão representadas entidades com competências e trabalho efetuado na área da igualdade de género (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; Associação Nacional das Empresárias).

Numa ótica setorial, o NORTE 2020 integra diversas prioridades de investimento com medidas que constituem potenciais discriminações positivas, nomeadamente nos Eixos 6, 7, 8 e 9. No período em apreço, releva-se as intervenções já apoiadas nas seguintes tipologias: (i) o fomento da participação das mulheres e dos jovens na atividade empresarial no âmbito da tipologia “empreendedorismo qualificado” (sistema de incentivos às empresas – RECI), através de uma majoração de 10 p.p. (ii) os “Contratos de Emprego Inserção” (CEI e CEI+); (iii) os 17 equipamentos de saúde apoiados, designadamente 12 em Unidades de Saúde Familiar; (iv) a aprovação dos Planos de Ação Integrados para as Comunidades Desfavorecidas incluídos nos PEDU.

11.3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

(Artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, alínea f), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

O desenvolvimento sustentável no NORTE 2020 tem concretização nos domínios do ambiente, da eficiência energética e do sistema urbano/mobilidade urbana sustentável.

No Património Natural, PI 6.3, a preocupação com o desenvolvimento sustentável revela-se desde logo na condição de admissão de candidaturas destinada apenas a intervenções com incidência em Áreas Classificadas, designadamente em Áreas abrangidas pela Rede Natura 2000 – Habitats naturais protegidos e Zonas Especiais de Proteção, Geoparques de Arouca e de Macedo de Cavaleiros – que integram a Rede Europeia de Geoparques que, sob a tutela da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reúne todos os territórios considerados património geológico da Humanidade –, em terrenos públicos integrados no domínio público hídrico ou noutras áreas, desde que consubstanciem áreas relacionadas com a conservação de recursos naturais que assumam elevado/reconhecido interesse natural ou paisagístico, nomeadamente do ponto de vista científico, da conservação e estético. Neste domínio, até ao final de 2016, foram aprovadas 33 candidaturas, com um valor de Fundo alocado de 6,3 M€.

Na Eficiência Energética, PI 4.3, embora no final de 2016 não houvesse ainda operações aprovadas, apenas submetidas e em análise, o aviso de concurso estabelece condições que asseguram a não elegibilidade das intervenções que já sejam obrigatórias por lei, promovendo rentabilizar a aplicação do Fundo a concurso para o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade definidos no NORTE 2020, que deverá destinar-se a intervenções que, através de avaliação energética, demonstrem a adequação do investimento e que evidenciem que as intervenções resultam em melhoramentos significativos em termos de eficiência energética, correspondendo a um aumento em, pelo menos, dois níveis no certificado de desempenho energético face à categoria de desempenho energético anterior à realização do investimento.

No que se refere à Mobilidade Urbana Sustentável, PI 4.5, a promoção de condições de incentivo à utilização de modos suaves de transporte, tem nos PAMUS da Região do Norte a afetação da maior parte do Fundo a concurso, situação que era já perceptível nas 16 operações aprovadas (Eixos 3 e 5) com um Fundo alocado de 6,5 M€, das quais 13 operações correspondem a intervenções em ciclovias e vias pedonais, numa extensão de cerca de 29 km, com um valor de Fundo alocado de cerca de 5,7 M€.

11.4. INFORMAÇÃO SOBRE O APOIO CONSAGRADO AOS OBJETIVOS RELATIVOS ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

(Artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

O Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) determina que a política da União deverá integrar exigências no domínio do ambiente contribuindo para objetivos de: preservação, proteção e melhoria da qualidade do ambiente; proteção da saúde das pessoas; utilização prudente e racional dos recursos naturais; e promoção, no plano internacional, de medidas destinadas a enfrentar os problemas regionais ou mundiais do ambiente, e designadamente a combater as alterações climáticas.

Para este efeito o NORTE 2020 definiu valores indicativos destinados ao cumprimento dos objetivos em matéria de alterações climáticas, prevendo a afetação de 8,39% da dotação total do PO (283,6 M€), que se distribui pelo Eixo 1 (6,9 M€), Eixo 2 (20,3 M€), Eixo 3 (142,7 M€), Eixo 4 (11,4 M€) e Eixo 5 (102,3 M€).

Conforme se verifica da combinação das categorias de intervenção com os respetivos dados financeiros, anexo Q7 ao presente relatório de execução, à data de 31/12/2016 o contributo do NORTE 2020 em matéria de alterações climáticas é de 79,6 M€, o correspondente a 28,05% da dotação indicativa deste PO para este fim.

Contribuem para os objetivos relativos às alterações climáticas operações apoiadas nos Eixos referidos, enquadradas em determinadas categorias de intervenção, sendo que as operações que contribuíram para o montante acima quantificado foram as aprovadas nas categorias “65 - Infraestruturas de investigação e inovação, processos, transferência de tecnologia e cooperação entre empresas centradas na economia com baixas emissões de carbono e na resistência às alterações climáticas” (EP1 / PI 1.1), “69 - Apoio a processos de produção amigos do ambiente e a medidas de eficiência dos recursos nas PME” (EP2 / PI 3.3) e “90 - Ciclovias e vias pedonais” (EP3 / PI 4.5 e EP5 / PI 4.5).

11.5. CONTRIBUTO DOS PARCEIROS PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA

(Artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, alínea c), primeiro parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

O envolvimento dos parceiros relevantes na implementação do PO desenvolve-se em três âmbitos.

Um primeiro, associado aos próprios órgãos de governação do PO. Destaca-se, pela sua relevância, o Comité de Acompanhamento do NORTE 2020, cujo envolvimento foi formalizado pelo Despacho 1827/2015 de 2/2. Este órgão é responsável por analisar e aprovar a metodologia e os critérios de seleção das operações, os relatórios de execução anuais e finais, as propostas da AG para alteração do Programa e analisar as questões que afetem o desempenho do Programa, as ações destinadas a promover o desenvolvimento sustentável e a execução dos IF. Neste sentido, até 31/12/2016, conforme previsto no Regulamento Interno deste Comité, foram promovidas 7 reuniões e 8 procedimentos por consulta escrita, muitos dos quais relacionados com a aprovação dos critérios de seleção das operações, do plano de avaliação e das estratégias de implementação dos IF.

Um segundo, relaciona-se com a territorialização sub-regional das políticas promovidas pelo NORTE 2020 em particular no que respeita aos PDCT, às AIDUS e às EDL, cujos principais atores regionais nestes modelos são, respetivamente, as CIM/AMP, as AU e os GAL, que têm um papel central na conceção, na execução e no acompanhamento das políticas na Região do Norte. Acresce a estas responsabilidades o facto de se tratarem de OI deste Programa, com responsabilidade na sua gestão. Para este conjunto de entidades, a AG desenvolveu ao longo de 2015 e 2016 iniciativas formativas e informativas com vista à capacitação das respetivas estruturas técnicas. De referir também que por via da AT do NORTE 2020 se procura assegurar as condições adequadas para o exercício das suas funções.

Um terceiro, mais geral, envolve os órgãos de consulta e representação dos atores regionais junto da CCDD-N, como o Conselho de Coordenação Intersectorial e o Conselho Regional.

O envolvimento dos atores regionais através do Conselho de Coordenação Intersectorial e do Conselho Regional permite trazer para dentro das instituições o debate público sobre a aplicação dos FEEI na Região do Norte. Aliás, tendo o Conselho Regional estado ativamente envolvido na preparação do atual ciclo de programação e, em particular, do NORTE 2020, continua a desempenhar um papel central no acompanhamento e na avaliação dos resultados e dos impactos das respetivas políticas, temas esses abordados nas reuniões anuais deste órgão.

No âmbito da RIS3, estava prevista a criação do Conselho Regional de Inovação, cuja constituição, competências e formas de prestação de contas apenas ocorreu em 2017.

Por último, referir que o PO dispõe de uma afetação de recursos FSE para ações de capacitação institucional, sob a forma de: (i) apoio técnico à coordenação, dinamização, execução e acompanhamento de planos de ação territoriais e setoriais; (ii) modernização e implementação de boas práticas de redes de atores institucionais; (iii) formação dos agentes para o desenvolvimento territorial; (iv) reforço das competências de dinamização, monitorização e acompanhamento de dinâmicas territoriais e de avaliação de políticas; (v) promoção e valorização territorial. Sobre este apoio, acresce informar que está previsto a abertura de 1 Aviso durante o terceiro trimestre de 2017.

12. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E AVALIAÇÃO

(Em conformidade com o Artigo 111.º, n.º 4, alíneas a) e b), primeiro parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

12.1. PROGRESSOS REALIZADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AVALIAÇÃO E SEGUIMENTO DADO ÀS CONCLUSÕES DAS AVALIAÇÕES

Durante o ano de 2016, a atividade de avaliação das entidades com competências na governação dos FEEI e integrantes da Rede M&A centrou-se: (i) na elaboração de dois guias autónomos, mas complementares do PGA PT2020, fundamentais para assegurar a transparência do processo avaliativo e a qualidade e utilidade dos exercícios de avaliação (“Orientações para o planeamento e preparação das avaliações” e “Orientações para o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações do Portugal 2020 (follow-up)”), (ii) na preparação de cadernos de encargos, do lançamento de concursos e do acompanhamento das avaliações previstas no PGA PT2020, (iii) na revisão anual do PGA PT2020 e, conseqüentemente, dos Planos de Avaliação dos PO, incluindo o Plano de Avaliação do NORTE 2020 e (iv) na promoção de ações de capacitação em avaliação.

O PGA PT2020, cuja primeira versão foi aprovada em agosto de 2015, foi revisto durante o ano de 2016, embora a sua aprovação pela CIC PT 2020 se tenha realizado em 11 de janeiro de 2017. Com esta revisão pretendeu-se: (i) atualizar a calendarização dos exercícios de avaliação a realizar, (ii) densificar as fichas de avaliação, sobretudo das que respeitam a exercícios a realizar em 2017 (designadamente, revisão das questões de avaliação e aprofundamento das fontes de informação), (iii) integrar os comentários resultantes das consultas escritas dos diversos Planos de Avaliação dos PO (p.e. inclusão do critério Valor Acrescentado Europeu), (iv) incluir a possibilidade de atualização, para os anos de 2021 ou 2022, de avaliações de impacto, nomeadamente daquelas que apresentam semelhanças às realizadas, em 2017, a propósito do QREN, (v) incluir a Avaliação do PO AT e (vi) incluir as Avaliações previstas no Plano de Avaliação do PO MAR, entretanto elaborado.

As três primeiras ordens de razão que fundamentaram a revisão do PGA PT2020 são válidas no que respeita à necessidade de revisão também do Plano de Avaliação (PA) do NORTE 2020. Esta necessidade e estas razões foram apresentadas na reunião do Comité de Acompanhamento de 23 de novembro de 2016. No entanto, a aprovação da revisão do primeiro plano (PGA PT2020) precede sempre a aprovação da revisão do segundo plano (PA NORTE 2020). Sendo assim, a consulta escrita ao Comité de Acompanhamento do NORTE 2020 só pôde ocorrer em 05/05/2017. Por outro lado, os trabalhos efetuados na Rede de M&A de preparação dos cadernos de encargos, de realização dos procedimentos de contratação e de acompanhamento dos exercícios de avaliação do PGA PT 2020 que importam para o PGA NORTE 2020 são os seguintes: (i) Avaliação do impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas (tipo de avaliação: Impacto QREN (contrafactual); responsável: AD&C; elaboração do caderno de encargos (CE): 2016; início do procedimento de contratação (concurso): 1º semestre 2017); (ii) Avaliação da implementação dos Sistemas de Incentivos (Tipo de avaliação: Processo; responsável: AD&C; elaboração CE: 2016; concurso: 1º semestre 2017); (iii) Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização de conhecimento (tipo de avaliação: Impacto (QREN) / Processo (PT2020); responsável: AD&C; elaboração CE e realização do concurso: 2016; realização da avaliação: 2017); (iv) Avaliação do contributo dos FEEI para a capacitação da administração pública (tipo de avaliação: Impacto (QREN) / Processo (PT2020); responsável: AD&C; data de realização: adiada para 2018 devido à estratégia de operacionalização não se encontrar estabilizada); (v) Avaliação dos FEEI para a formação avançada (tipo de avaliação: Impacto (QREN e PT2020); responsável: PO CH; elaboração CE: 2016; concurso: 1º semestre 2017; realização da avaliação: 2º semestre 2017); (vi) Avaliação das medidas de promoção da qualidade do ensino/formação (tipo de avaliação: Processo; responsável: PO CH ou AD&C; data de realização: adiada para 2018 devido às intervenções previstas na avaliação não terem sido implementadas em tempo útil, não havendo ainda matéria de avaliação); (vii) Avaliação da implementação das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (tipo de avaliação: Processo; responsável: AD&C; data de realização: adiada para 2018 devido às intervenções previstas na avaliação não terem sido implementadas em tempo útil).

O documento de “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações”, na sua versão inicial de maio de 2016 e melhorado numa nova versão de dezembro de 2016, assume-se como um guia orientador do processo de avaliação desde a tomada de decisão da sua realização até à aprovação dos produtos finais. Este documento contempla o modelo de programa de concurso e de caderno de encargos a ser adaptado a cada estudo, pelas diversas entidades responsáveis pelas avaliações, e duas ferramentas: uma onde se comparam as principais características-chave das principais abordagens de avaliação contrafactual e de avaliação baseada na teoria; outra sobre a gestão das avaliações, na qual se apresentam instrumentos úteis ao lançamento dos concursos e ao acompanhamento dos estudos (nomeadamente, características dos procedimentos de contratação pública, “checklists” do processo de avaliação e de aferição da qualidade dos relatórios de avaliação). O segundo documento, designado “Orientações para o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações do Portugal 2020 (follow up)”, de julho de 2016, pretende potenciar o uso e a utilidade das avaliações e apresenta ferramentas de apoio à operacionalização do processo de “follow-up”, com o objetivo de responsabilizar, planear, monitorizar e prestar contas sobre a implementação das conclusões e recomendações das avaliações.

No âmbito da Rede M&A foram realizadas três reuniões (6 de abril, 28 de junho e 14 de novembro) nas quais se refletiram e consensualizaram os conteúdos desses dois documentos autónomos e complementares ao PGA PT2020 e do documento de revisão do PGA PT2020. No contexto destas reuniões, foram, ainda, realizados pontos de situação relativos às avaliações “ex post” promovidas pela Comissão Europeia, tendo duas delas sido objeto de apresentação específica (avaliações “ex post” sobre o “Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Infraestruturas Sociais” e os “Apoios à Integração de Grupos Desfavorecidos”). No que diz respeito a capacitação em matérias de avaliação, destacam-se as seguintes ações: (i) apresentação para os participantes na Rede M&A das principais características e aspetos críticos de algumas abordagens do método de Avaliação Baseada na Teoria (14 de novembro) e (ii) *workshop* de apresentação e debate sobre as conclusões do estudo “ESF Supporting Youth in Portugal – CIE of Vocational Training and Traineeships” (no seguimento do *workshop* realizado em 2015 sobre o método de Avaliação Contrafactual) dirigido aos participantes da Rede M&A, técnicos das agências públicas e avaliadores (28 de junho).

12.2. RESULTADOS DAS MEDIDAS DE DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DOS FUNDOS, ADOTADAS NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO

A aposta na comunicação dos fundos europeus concedidos no âmbito da Política de Coesão é reforçada no período 2014-2020 por via da regulamentação comunitária e nacional, que confere um maior grau de responsabilidade às autoridades de gestão e aos comités de acompanhamento dos programas operacionais nos domínios da comunicação e da informação. Não obstante, em sede do Relatório de Execução, a comunicação dos resultados em matéria de medidas de divulgação e publicidade deixou de ser considerada anualmente, pelo que a análise agora efetuada terá em consideração valores acumulados no biénio 2015-2016.

Este horizonte temporal corresponde à Fase 1 – “Lançamento, Conhecimento e Implementação” da Estratégia de Comunicação do NORTE 2020, centrada na ampla divulgação do programa. Além da colocação on-line do website www.norte2020.pt, a realização da sessão de lançamento do NORTE 2020 marcou o nascimento da marca. Pela primeira vez, a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte juntou numa sessão pública cerca de 4.000 participantes e contou com a visualização via streaming de cerca de 600 pessoas. A procura muito significativa desta sessão – quando comparada com a sessão realizada no ciclo 2007/2013 teve uma afluência 4 vezes superior – justifica-se em grande medida pelo hiato temporal desde o lançamento do último aviso do “ON.2 – O Novo Norte”. A existência de um grande volume de entidades motivadas em apresentar candidaturas deverá, ainda, ser enquadrada com a forte aposta que houve na comunicação do encerramento do ON.2, através da promoção de testemunhos de promotores, e na divulgação da nova marca.

Este biénio ficou, igualmente, marcado pelo estabelecimento de uma parceria mediática com um conjunto muito alargado de rádios locais e que incluiu a transmissão de reportagens sobre projetos diferenciadores implementados por empresários e empreendedores da região com o apoio do NORTE 2020. Este investimento demonstrou ser muito competitivo porque permitiu com um baixo orçamento chegar a um conjunto diversificado e alargado de ouvintes. Simultaneamente, representou uma aposta no sentimento de pertença a um programa comunitário cuja execução depende da boa performance dos seus beneficiários. Para além de um importante contributo para a notoriedade do Programa e dos apoios da União Europeia no Norte de Portugal, a contínua aposta neste conceito de “story telling” é, também, uma forma de inspiração para novos projetos e a potenciais beneficiários.

A Autoridade de Gestão acolheu, ainda, uma avaliação muito positiva dos atores regionais sobre a promoção do ciclo de seminários “10 Anos do Norte Conjuntura”. Esta iniciativa, também inscrita nas “Grandes Ações” da Estratégia de Comunicação do programa, permitiu assinalar o marco de uma década do boletim trimestral editado pela Autoridade de

Gestão e que incide na análise da evolução económica, social e territorial da região e do impacto das políticas financiadas pelos fundos europeus.

Board de Indicadores e execução financeira

Tendo presente a estimativa orçamental de 4 M€ para todo o ciclo comunitário, o biénio 2015-2016 registou uma execução de cerca de 1 M€. À semelhança do previsto na Estratégia de Comunicação, este montante concentrou-se maioritariamente na adjudicação de serviços relacionados com a realização de evento e publicidade/parcerias mediáticas.

Já em matéria de cumprimento do board de indicadores de avaliação da eficácia de comunicação do NORTE 2020, identificados na Estratégia de Comunicação, e as metas assumidas tendo por base a superação dos resultados alcançados em matéria de Imagem e Publicidade no anterior ciclo 2007/2013, a avaliação do biénio 2015-2016 é bastante positiva. Há indicadores que só no biénio 2015-2016 já se aproximam da meta prevista para o quadro 2014-2020:

- N.º de visitas ao website: 374.945 visualizações, estando já executado 75% do valor previsto para 2014/2020 de 500 mil visualizações;
- N.º de downloads de documentos no website www.norte2020.pt: 426.925 downloads, valor que ultrapassa o previsto para 2014/2020 de mais de 300 mil downloads;
- N.º de participantes em eventos e ações de relações públicas: 38.234 pessoas, estando já executado 48% do valor previsto para 2014/2020 de mais de 80 mil pessoas;
- N.º notícias publicadas na comunicação social: 2.376 notícias, estando já executado 48% do valor previsto para 2014/2020 de mais de 5 mil notícias;
- N.º de subscritores da newsletter: 14.115 subscritores, valor que ultrapassa o previsto para 2014/2020 de mais de 10 mil subscritores;
- N.º de seguidores na conta www.facebook.com/norte2020: 6.259 seguidores, valor que ultrapassa o previsto para 2014/2020 de mais de 4 mil seguidores;
- N.º de seguidores na conta www.twitter.com/Norte_2020: 930 seguidores, valor que ultrapassa o previsto para 2014/2020 de mais de 200 seguidores;
- N.º médio de artigos na comunicação social por cada ação de comunicação efetuada: 8, valor que ultrapassa o previsto para 2014/2020 de uma média de 5 notícias;
- Percentagem de artigos publicados na comunicação social de conteúdo positivo ou neutro: 95%, valor que ultrapassa o previsto para 2014/2020 de mais de 90%;
- N.º médio de pessoas alcançadas com as mensagens publicadas na conta www.facebook.com/norte2020: 6.765 pessoas, valor que ultrapassa o previsto para 2014/2020 de uma média de 2.000 pessoas;
- N.º médio de visualizações por vídeo na lista de reprodução do youtube: 288 visualizações, estando já executado 58% do valor previsto para 2014/2020 de uma média de 500 visualizações.

Em síntese, a AG tem demonstrado bom desempenho na execução da Estratégia de Comunicação, sendo de assinalar a pertinência de serem implementadas todas as atividades previstas no contexto das “Grandes Ações” de forma a garantir um maior alinhamento com a execução financeira prevista em matéria de Imagem e Publicidade. A implementação dos Prémios NORTE 2020 e da iniciativa Embaixadores NORTE 2020 refletem uma clara aposta na comunicação dos fundos europeus no atual ciclo comunitário.

Por outro lado, se a análise se restringir ao board de indicadores, constata-se em muitos dos casos uma aproximação e superação clara apenas na 1ª Fase das metas definidas para todo o ciclo comunitário. Tal execução justifica-se com um peso cada vez mais significativo que os canais on-line do programa têm na Estratégia de Comunicação. Prevendo-se que esta aposta continue a ser evidente, e tendo presente o alcance muito positivo de ações regulares, como o lançamento das contas www.instagram.com/onortesomosnos e www.linkedin.com/company-beta/100202, a UAEC deverá sugerir ao CA a revisão das metas identificadas.

13. AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE

(Artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Dados relativos a este ponto encontram-se apresentados no Quadro 15B em anexo.

14. INFORMAÇÕES QUE PODEM SER ADICIONADAS, EM FUNÇÃO DO CONTEÚDO E DOS OBJETIVOS DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS

(Artigo 111.º, n.º 4, alíneas a), b), c), d), g) e h), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

14.1. PROGRESSOS REALIZADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA ABORDAGEM INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, INCLUINDO O DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES AFETADAS POR DESAFIOS DEMOGRÁFICOS E LIMITAÇÕES NATURAIS OU PERMANENTES, O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E O DESENVOLVIMENTO PROMOVIDO PELAS COMUNIDADES LOCAIS, AO ABRIGO DO PROGRAMA OPERACIONAL

No ano 2015 foram abertos avisos relacionados com AIDT, denominados seguidamente de “estratégias”, envolvendo um fundo de 923,8 M€, afeto: em 48,0 M€ às Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC); em 384,8 M€ às Ações Integradas para o Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS / PEDU), com o aviso respetivo para a elaboração do plano estratégico de desenvolvimento urbano, e em 491,0 M€ aos Investimentos Territoriais Integrados (ITI), com o respetivo aviso para a elaboração dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT)

Estas estratégias foram contratualizadas no decurso de 2016, com exceção dos PDCT do Cávado, do Ave, do Douro, do Alto Tâmega e de Terras de Trás-os-Montes cujos contratos foram celebrados em 2015.

Ao nível da publicação de avisos, o ano 2016 foi muito relevante já que neste ano foram publicados os seguintes avisos:

PDCT:

– Eixo 3, PI 4.3 “Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local”, 1 Aviso – 9 candidaturas, ainda em processo de decisão;

– Eixo 7, PI 9.1 “Trabalho socialmente necessário (contratos de emprego inserção e emprego inserção +)”, 1 Aviso – das 8 candidaturas, encontrando-se aprovadas 6, com investimento elegível de 18,02 M€ e FSE de 15,32 M€. As restantes foram aprovadas em 2017;

- Eixo 8, PI 10.1 “Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar”, 2 Avisos (um para definição do Plano e outro para os projetos que o substanciam) - sem qualquer candidatura a 31/12/2016;

– Eixo 8, PI 10.5 “Infraestruturas da Rede Escolar (Pré-Escolar e Primeiro Ciclo)”, 1 Aviso - das 94 candidaturas, encontravam-se aprovadas 48, com investimento elegível de 35,98 M€ e FEDER de 30,59 M€;

- Eixo 9, PI 2.3 “Promoção TIC”, 1 Aviso – das 59 candidaturas, encontravam-se aprovadas 3, com investimento elegível de 0,76 M€ e FEDER de 0,65 M€.

Como se constata ao nível da análise dos Eixos, as operações do PDCT enquadradas nesta última PI já apresentaram execução em 2016.

PEDU:

– Eixo 5, PI 4.5 “Mobilidade Urbana Sustentável”, 2 Avisos – das 21 candidaturas, encontravam-se aprovadas 10 com investimento elegível de 5,69 M€ e FEDER de 4,84 M€;

– Eixo 5, PI 6.5 “Reabilitação Urbana”, 3 Avisos – das 17 candidaturas, encontravam-se aprovadas 10 com investimento elegível de 11,80 M€ e FEDER de 9,60 M€;

– Eixo 5, PI 9.8 “Comunidades Desfavorecidas”, 2 Avisos – das 12 candidaturas, encontravam-se aprovadas 5, com investimento elegível de 4,12 M€ e FEDER de 3,28 M€;

Ainda no âmbito destas estratégias foram abertos 2 Avisos para o IFRRU 2020, 1 para a PI 6.5 e 1 para a PI 9.8, envolvendo 2 operações FdF com FEDER aprovado de 12,01 M€.

Como se constata ao nível da análise dos Eixos, as operações dos PEDU já apresentaram execução em 2016.

DLBC:

Quanto às DLBC, em 2016 foi operacionalizado o previsto no artigo 35º do Regulamento (UE) 1303/2013, concretamente o financiamento previsto nas alíneas d) e e) do nº 1 do referido artigo.

14.2. PROGRESSOS REALIZADOS NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DESTINADAS A REFORÇAR A CAPACIDADE DAS AUTORIDADES DO ESTADO-MEMBRO E DOS BENEFICIÁRIOS PARA GERIR E UTILIZAR OS FUNDOS

Os sistemas de informação e de comunicação no período de programação 2014-2020 prosseguem o processo de aperfeiçoamento e consolidação desenvolvido no período de programação 2007-2013, traduzindo-se numa melhoria significativa da respetiva eficácia e eficiência, na desmaterialização de processos, na segurança da informação, na integração de dados e comunicação com a UE e diferentes atores e parceiros envolvidos na gestão e utilização dos fundos.

A presença em redes sociais e a produção de e-Newsletters orientadas para o apoio dos beneficiários na gestão dos projetos tem-se revelado uma boa prática que se mantém neste período de programação.

Indo ao encontro do disposto na iniciativa comunitária eCohesion, foi criado no início deste período de programação o Balcão Único de Candidatura (BUC 2020) – assegurando, em particular, a partilha de dados sobre os beneficiários, previamente autorizados por estes, que portanto dispensa a repetição do registo de beneficiários em diferentes sistemas e PO.

Foram também criadas as seguintes medidas: (i) normalização de formulários eletrónicos comuns, na medida do possível, aos vários PO; (ii) melhoria nos mecanismos de autenticação dos beneficiários, que se traduz no aumento dos níveis de segurança na autenticação e na acreditação dos beneficiários; (iii) após registo e autenticação no Balcão 2020, o beneficiário pode contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a região ou o PO a que pretende candidatar-se, com destaque para submissão de candidaturas, pedidos de pagamento/adiantamento ou reembolso e acesso à conta-corrente dos projetos.

As citadas medidas, apesar de implementadas, e considerando a complexidade dos vários sistemas de informação em interoperabilidade, e circuitos diferenciados de análise das inúmeras tipologias, têm obrigado a um esforço por parte das equipas de gestão e coordenação dos fundos, mantendo-se a curto prazo a concretização dos objetivos estimados, concretamente, a facilitação do acesso aos fundos, a redução do tempo de análise e decisão sobre as candidaturas e a redução do prazo de pagamento aos beneficiários.

Ao nível do reforço da capacitação das autoridades destacam-se as seguintes ações:

- Reuniões das redes temáticas do PT2020;
- Sessão de trabalho sobre medidas antifraude e anticorrupção;
- Sessões de trabalho sobre SIFSE, Balcão 2020, Sistema de Monitorização do PT2020.

Em 2016, a AG procedeu ao processo de Designação, tendo dotado o seu Sistema de Gestão e Controlo dos mecanismos necessários à operacionalização das competências: Descrição do SGC, Manual de Procedimentos, Modelos documentais e de verificação, Código de Ética e Condução, modelo de avaliação do risco de fraude, orientações técnicas e de gestão. Foi aprovada a estratégia de comunicação e as regras de publicitação dos apoios a aplicar pelos beneficiários.

Foram atualizados os contratos de delegação de competências com os OI dos SI (4) e com as CIM/AMP (8).

Para melhorar a capacitação dos beneficiários e reduzir os seus encargos administrativos salientam-se as seguintes ações:

- Implementação de procedimentos de simplificação destinados a promotores de natureza autárquica;
- Criação do Balcão 2020 como plataforma única de contacto do beneficiário;
- Elaboração de normas e guiões para orientar os beneficiários ao longo do ciclo de vida de uma operação.

14.3. PROGRESSOS REALIZADOS NA EXECUÇÃO DE EVENTUAIS AÇÕES INTER-REGIONAIS E TRANSNACIONAIS

No contexto do atual ciclo de programação (2014-2020), conferiu-se, no NORTE 2020, especial importância à Estratégia de Especialização Inteligente da Região do Norte (RIS3) como instrumento de planeamento das políticas públicas fundamental para a promoção de ações inter-regionais e transnacionais. A existência de RIS3 em diferentes regiões NUTS II potencia a troca de experiências e a mobilidade de conhecimentos, de pessoas, de empresas e de instituições de I&DI, no contexto de diferentes projetos, nomeadamente financiados pela UE.

Assim, as RIS3 permitem a existência de plataformas de entendimento comuns entre regiões, gerando assim grande potencial de articulação e de colaboração internacional (por exemplo, contribuindo para o desenvolvimento de ideias e de projeto, fornecendo quadro estratégico para alinhamento das prioridades dos projetos com as políticas públicas, promovendo um quadro mais vasto de oportunidades de financiamento, aumentando a massa crítica dos projetos, partilhando conhecimentos e experiências, alargando as redes internacionais). No caso da Região do Norte, a RIS3 tem tido um papel importante no enquadramento de processos de internacionalização das entidades regionais em diferentes contextos. Destacam-se, pela sua importância, as seguintes iniciativas:

- participação na “Vanguard Initiative for New Growth through Smart Specialisation” (envolvendo, num primeiro momento, as regiões das Asturias, Baden-Württemberg, Euskadi, Lombardia, Malopolska, Nordrhein-Westfalen, Norte, Oberösterreich, Region Skane, Rhône-Alpes, Scotland, Tampere Region, Vlaanderen, Wallonie, Zuid-Nederland);
- desenvolvimento da Estratégia de Especialização Inteligente Galicia-Norte de Portugal (RIS3T), que foi (i) a primeira RIS3 transfronteiriça a nível europeu, (ii) considerada uma boa prática de cooperação transnacional no Guia da Comissão Europeia “Implementing Smart Specialisation: A Handbook”. A RIS3T define um modelo de governação específico áreas estratégicas, designadamente: Energias Marinhas e Biomassa; Indústrias Agroalimentares e Biotecnológicas; Indústria transformadora (Indústria 4.0); Indústria de Mobilidade; Indústrias criativas, TIC e Turismo; e Saúde e Envelhecimento Ativo;
- participação no projeto de cooperação transfronteiriça IMPACT RIS3T, aprovado no âmbito do Programa INTERREG V A Espanha - Portugal (POCTEP) 2014-2020, visando a implementação de ações de cooperação ao nível da RIS3 transfronteiriça Galiza – Norte de Portugal (RIS3T);
- participação no projeto de cooperação inter-regional denominado MONITORIS3, aprovado pelo Programa INTERREG EUROPE 2014-2020, que visa a troca de experiências ao nível de mecanismos da monitorização e de metodologias de implementação das RIS3, envolvendo regiões de Espanha, Roménia, Croácia, Itália, Noruega e Portugal;
- a dinamização de candidaturas ao “Teaming for Excellence” do Programa Horizonte 2020 visando a criação de centros de excelência em regiões e países com baixo nível de desempenho em ID&I, tendo sido aprovada a candidatura “The Discoveries Centre for Regenerative na Precision Medicine”, liderada pela Universidade do Minho.

Estas iniciativas foram desenvolvidas conjuntamente com outras no quadro mais alargado de cooperação transfronteiriça e transnacional como, os Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT) e a participação na Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (em particular, na Comissão Arco Atlântico), na Plataforma de Budapeste e nos “Open Days”.

14.4. CONTRIBUIÇÃO PARA AS ESTRATÉGIAS MACRORREGIONAIS E PARA AS ESTRATÉGIAS RELATIVAS ÀS BACIAS MARÍTIMAS, QUANDO APLICÁVEL

As stipulated by the Regulation (EU) No 1303/2013, article 27(3) on the "content of programmes", article 96(3)(e) on the "content, adoption and amendment of operational programmes under the Investment for growth and jobs goal", article 111(3), article (4)(d) on "implementation reports for the Investment for growth and jobs goal", and Annex 1, section 7.3 on "contribution of mainstream programmes to macro-regional and sea-basin strategies, this programme contributes to MRS(s) and/or SBS:

- Estratégia da UE para a Região do Mar Báltico (EUSBSR)
- Estratégia da UE para a Região do Danúbio (EUSDR)
- Estratégia da UE para a Região Adriática e Jónica (EUSAIR)
- Estratégia da UE para a Região dos Alpes (EUSALP)
- Estratégia Marítima da UE para a Região Atlântica (ATLSBS)

No caso da Estratégia Marítima da UE para a Região Atlântica, **prioridade(s) e objetivos relevantes para o Programa Operacional:**

<input checked="" type="checkbox"/>	1. Promover o empreendedorismo e a inovação	1.1 Partilhar conhecimentos entre instituições de ensino superior, empresas e centros de investigação
<input checked="" type="checkbox"/>	1. Promover o empreendedorismo e a inovação	1.2 Reforçar a competitividade e as capacidades de inovação na economia marítima da Região Atlântica
<input checked="" type="checkbox"/>	1. Promover o empreendedorismo e a inovação	1.3 Estimular a adaptação e a diversificação das atividades económicas, promovendo o potencial da Região Atlântica
<input type="checkbox"/>	2. Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.1 Melhorar a segurança marítima
<input type="checkbox"/>	2. Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.2 Explorar e proteger as águas marinhas e as zonas costeiras
<input type="checkbox"/>	2. Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.3 Gerir os recursos marinhos de forma sustentável
<input type="checkbox"/>	2. Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.4 Explorar o potencial do meio marinho e costeiro da Região Atlântica em matéria de energias renováveis
<input type="checkbox"/>	3. Melhorar a acessibilidade e a conectividade	3.1 Promover a cooperação entre portos
<input type="checkbox"/>	4. Criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo	4.1 Promover um melhor conhecimento dos desafios sociais na Região Atlântica
<input checked="" type="checkbox"/>	4. Criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo	4.2 Preservar e promover o património cultural do Atlântico

Quais foram as ações ou mecanismos utilizados para ligar melhor o programa à ATLSBS?

	Sim	Não
A. Os coordenadores das estratégias macro-regionais (principalmente os Coordenadores Nacionais, os Coordenadores de Prioridade ou os membros do <i>Steering Group</i> temático) participam no Comité de Acompanhamento do Programa?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
B. Nos critérios de seleção, foram atribuídos pontos suplementares a medidas de apoio específicas a ATLSBS?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
C. O programa investiu fundos da UE no ATLSBS?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Montante aproximado ou exato em EUR investido em ATLSBS:		
FEDER	<input type="text" value="16.393.050,31"/>	
FC	<input type="text"/>	
FSE	<input type="text" value="458.217,81"/>	
FEADER	<input type="text"/>	
FEAMP	<input type="text"/>	
Quaisquer outros fundos	<input type="text"/>	
Se «quaisquer outros fundos», designar os fundos:	<input type="text"/>	

14.5. PROGRESSOS REALIZADOS NA EXECUÇÃO DE AÇÕES NO DOMÍNIO DA INOVAÇÃO SOCIAL, QUANDO APLICÁVEL

Na aceção adotada pela Comissão Europeia, “inovação social” pode ser entendida como o desenvolvimento e a implementação de novas ideias (produtos, serviços e modelos) para responder às necessidades sociais e criar novas relações sociais ou colaborações. Revela-se, pois, fundamental para tornar as políticas mais sensíveis às mudanças sociais e para incentivar a criação de soluções inovadoras que respondam às atuais necessidades sociais.

As políticas de coesão e a ação dos fundos estruturais desde sempre constituíram um importante instrumento de mudança, disponibilizando recursos, induzindo preocupações, práticas e até formas de organização territorial. No atual período de programação, a inovação social é identificada como um objetivo das prioridades de política, estando presente e enformando algumas das opções do NORTE 2020, em especial, dos Eixos 6, 7, 8 e 9.

Atentas as principais linhas de força, realça-se os principais progressos que é possível identificar nesta fase:

- A inserção de ativos altamente qualificados nas empresas – Ciente da importância desta aposta enquanto fator fundamental de mudança organizacional, a AG deu prioridade a estes avisos. Contudo, não foram obtidos os resultados desejados: a reduzida apetência do tecido empresarial da Região e, sobretudo, a insuficiente divulgação do aviso, podem explicar a reduzida procura verificada. A complexidade do Aviso e a exigência dos requisitos também podem explicar a elevada taxa de não seleção. Está em curso uma harmonização de critérios de seleção e dos avisos dos vários PO financiadores e a preparação de uma estratégia de divulgação, com o apoio dos media e de outras entidades (SCTN, Agência de Inovação, associações empresariais).
- O desenvolvimento de abordagens integradas para a inclusão ativa – O NORTE 2020 prevê o financiamento de programas integrados de inovação e experimentação social e de animação territorial que configurem respostas sociais a desafios previamente identificados, envolvendo redes sociais sub-regionais. Embora ainda em fase incipiente, releva-se positivo o lançamento de um aviso que se suporta no esforço prévio de articulação entre as políticas de regeneração urbana e de inclusão social no âmbito dos PEDU, permitindo viabilizar e dar corpo às intervenções previstas nos PAICD.
- Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) - Pretende-se promover este tipo de iniciativas que constituem um processo de desenvolvimento organizacional e de mudança nas relações entre instituições. A dinâmica já concretizada, embora registre um atraso significativo, resultante da complexa e morosa cadeia de programação, permite identificar desde já alguns sinais inovadores, em especial, o alargamento a territórios urbanos e costeiros e um reforço da concertação estratégica e operacional entre os GAL e as CIM/AMP.
- Os Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar – Ainda na sua fase de “montagem”, esta intervenção revela um elevado potencial, tanto na perspetiva de ensaiar novas medidas e dispositivos de prevenção do abandono escolar e de promoção do sucesso educativo dos alunos, como enquanto modo de reforçar a articulação e cooperação entre os municípios e as escolas.
- A aposta na formação avançada (doutoramento e pós-doutoramento), nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP/ISCED5) e Cursos de Especialização Tecnológica (CET), em estreita articulação com a estratégia regional de especialização inteligente.

14.6. PROGRESSOS REALIZADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PARA FAZER FACE ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DAS ZONAS GEOGRÁFICAS MAIS AFETADAS PELA POBREZA OU GRUPOS-ALVO EM RISCO MAIS ELEVADO DE POBREZA, DE DISCRIMINAÇÃO OU DE EXCLUSÃO SOCIAL, EM ESPECIAL AS COMUNIDADES MARGINALIZADAS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, OS DESEMPREGADOS DE LONGA DURAÇÃO E OS JOVENS DESEMPREGADOS, E, SE FOR CASO DISSO, OS RECURSOS FINANCEIROS UTILIZADOS

A estratégia de resposta às necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza / dos grupos-alvo expostos a um maior risco de discriminação ou exclusão social está essencialmente suportada nas Abordagens Integradas de Base Territorial (AIBT), em especial nas DLBC de territórios urbanos problemáticos, tendo até dezembro de 2016 sido aprovadas neste âmbito 21 Estratégias de Desenvolvimento Local. São também relevantes as ações previstas no âmbito

dos Planos de Ação Integrados para as Comunidades Desfavorecidas, da PI 9.8 constante dos PEDU e em articulação com as ações de natureza de inovação social da PI 9.1.